



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Ata nº 23

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu, pelas 20.00 horas, a Assembleia Municipal de Faro, em reunião extraordinária, em continuação da sessão iniciada em 19/12/2022, com a presença dos membros a seguir indicados (num total de 31 presenças):

Berta Paula Brito Silva Dias (PSD); Guilherme Sabrosa Apolinário Portada (PS); Rui Miguel Pinto Afonso Gago (PSD); Fábio Miguel dos Ramos Simão (PS); Teresa Alexandra Viegas Correia (PSD); João Manuel Camacho Gameiro Alves (PSD); Artur Clemente Neto Viegas (PS); Álvaro Miguel Rosendo Patrício (CDS); António Manuel Dias Mendonça (CDU); Júlio Miguel Guerra (PS); Tiago Botelho Martins da Silva (PSD); José Manuel Vaz Ferreira (Chega); Daniel Martins Viegas (IL); Luís Filipe Vicente Guerreiro Mascarenhas (PS); Pedro Miguel Gama Cláudio (PSD); Célia Maria Alves Gonçalves (BE); Ana Lúcia Silva de Passos (PS); Paulo Alexandre Justino de Oliveira Botelho (PSD); Cláudia Suzana Silva da Luz (PSD); João Paulo Avelino Pereira (PS); Dulce Isabel Rodrigues Gonçalves Vilhena (CDU); Paulo Sérgio de Jesus Baptista (PAN); Manuel Eurico dos Santos Mestre (MPT); Pedro Miguel Gonçalves Cruz (PS); Vítor Manuel Pinto Ortega Reis Cantinho (PPM); Maria Teresa Guerreiro Correia (CDS); Beatriz Graziela Calafate (PS); Bruno Gonçalo Azevedo Lage (PSD – União das Freguesias de Faro Sé e S. Pedro); Virgínia Maria Alcaria Alpestanda (PSD – Presidente da Junta de Freguesia do Montenegro); José António Leal Jerónimo (PS – Presidente da União de Freguesias de Conceição/Estoi) e Sérgio Vicente Santos Martins (CDU – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe).

Pedidos de Substituição: -----

Por o terem solicitado, foram substituídos os seguintes membros:

Cristóvão Norte Nunes Guerreiro Norte (PSD) – substituído por Berta Paula Brito Silva Dias;

Luís Manuel Fernandes Coelho (PS) – substituído por Guilherme Sabrosa Apolinário Portada;

Francisco Manuel Mateus Domingos Conde Soares (PSD) – substituído por Rui Miguel Pinto Afonso Gago;



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Carla Alexandra Alves Afonso Nunes (PS) – substituída por Fábio Miguel dos Ramos Simão;

António Miguel Fraga Miranda (PS) – substituído por Artur Clemente Neto Viegas;

Ana Catarina Pina Águas (CDS) – substituído por Álvaro Miguel Rosendo Patrício;

Tatiana Henriques Homem de Gouveia (PS) – substituído por Júlio Miguel Guerra;

António José de Figueiredo Martins da Luz (Chega) – substituído por José Manuel Vaz Ferreira;

Cátia Susana da Palma Morais Gomes (PSD) – substituída por Pedro Miguel Gama Cláudio;

Susana Cristina da Silva Joaquim (PS) – substituído por João Paulo Avelino Pereira;

Emanuel José Pereira Aniceto (CDU) – substituído por Dulce Isabel Rodrigues Gonçalves Vilhena;

João Francisco Calado Espanhol (PS) – substituído por Pedro Miguel Gonçalves Cruz.

- Composição da Mesa:-----

Presidente: Cláudia Suzana Silva da Luz – 2ª Secretária (na ausência do Presidente e do 1º Secretário)

1º. Secretário: Berta Paula Brito Silva Dias

2.ª Secretária: Pedro Miguel Gama Cláudio

- Membros do Executivo: -----

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes: o Vice-Presidente, Paulo Jorge Neves dos Santos, e os Vereadores Adriano João Leal Cardoso Guerra; Sophie Matias; Aquiles Fernando Dias Marreiros.

*Verificando-se a existência de quórum, a Presidente da Mesa, em exercício, declarou aberta a reunião, com a seguinte **Ordem de Trabalhos:***

I - ~~Período Antes da Ordem do Dia~~ (**tratado na reunião de 19/12/2022**)

II - **Período da Ordem do Dia:**



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

1 – ~~Aprovação de atas. (tratado na reunião de 19/12/2022)~~

2 – ~~Apreciação e deliberação sobre a proposta do Executivo municipal respeitante à Proposta n.º 408/2022/CM – Orçamento e Plano Orçamental Plurianual 2023-2027; (tratado na reunião de 19/12/2022)~~

3 – Deliberação sobre a Recomendação da Comissão de Urbanismo, Planeamento, Mobilidade e Obras Públicas relativa à Proposta n.º 256/2022/CM – Concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro – Ilha do Farol e Culatra, na Ria Formosa, Algarve.

4 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do nº 2 do artº. 25º da Lei nº75/2013, de 12 de setembro.

III. ~~Período de intervenção e esclarecimento destinado ao público. (tratado na reunião de 19/12/2022)~~

IV. Moções.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Boa noite a todos. Como já temos quórum, embora algumas bancadas estejam um bocadinho despidas ainda, acho que vamos avançar porque temos uma maratona e convém não sair daqui às tantas da manhã, não é? Devem concordar comigo... Queria, também por este motivo, apelar ao vosso bom senso e à vossa eloquência para podermos fazer os discursos que pretendem, mas concisos e que não extravasem os tempos definidos em regimento. Portanto, fazia este apelo.

Dar nota, principalmente ao CDS, que chegou fora de prazo um documento e que já não pôde ser considerado.

Portanto, sendo assim, vamos dar início aos trabalhos, onde ficámos no ponto 3.»

Ponto 3

Deliberação sobre a Recomendação da Comissão de Urbanismo, Planeamento, Mobilidade e Obras Públicas relativa à Proposta n.º 256/2022/CM – Concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro – Ilha do Farol e Culatra, na Ria Formosa, Algarve.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Portanto, pergunto quem é que das bancadas se quer inscrever? »



O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Gostaria de cumprimentar a Senhora Presidente em exercício e demais membros da Mesa, caros colegas da Assembleia, caro público.

Eu gostava aqui apenas de dar umas palavras, no sentido de referir que esta recomendação resume um trabalho sério, que foi feito com muita dedicação de todos os membros, e eu aqui até gostaria de agradecer pessoalmente a todas as pessoas que fizeram parte da Comissão, que deram o seu contributo de forma muito positiva. Ou seja, considereei a experiência, nesta situação, uma experiência de grande defesa do interesse público, dedicação, e que efetivamente levou um resultado que me parece muito satisfatório.

E, em resumo, eu vou tentar ser sintética para efetivamente não estar aqui a ler a recomendação, mas basicamente queria apenas salientar alguns aspetos que resultaram das conclusões deste trabalho que foi realizado no âmbito da Comissão.

Efetivamente, houve uma preocupação de equilíbrio entre a sustentabilidade económica da concessão e a exigência ambiental de proteger a Ria Formosa, assim como de satisfazer as necessidades da população residente nas ilhas, sendo este um dos interesses públicos que imperou. Na ótica da integração e igualdade dos cidadãos, uma das questões que foi mais discutida e debatida foi a inclusão de acessos a este tipo de embarcação para pessoas com mobilidade condicionada, inclusão de plataformas nos barcos, que garanta a acessibilidade por todos a este tipo de transporte.

As questões ambientais foram também um dos principais temas, tendo sido detalhadas com uma maior clareza na exigência de documentos de gestão ambiental.

Foi explícita a necessidade de dar cumprimento, entre outras, às regras quanto à velocidade ou impacto do ruído, o tipo de motores e as emissões.

O sistema de bilhética e a recolha de dados é também outra preocupação, para que a população residente possa ter uma maior facilidade de acesso a Faro, pelo que se propõe a existência de um passe de bilhetes por diferenciação etária de bilhética simples e turística.



As viagens e a sua periodicidade ao longo do ano foi pensada e discutida com a maior parcimónia possível de forma a evitar excessos, ou seja, foi traduzida numa proposta de número de viagens diferente no período intermédio entre fins de semana e dias de semana, por exemplo. Propõe-se assim também que haja uma criação de estímulos ao investimento em embarcações com motor elétrico, híbrido ou hidrogénio, através da redução das taxas variáveis, retirando estas do processo avaliatório das propostas de concessão.

Este conjunto de propostas, que considero como inovador, corresponde a uma política fiscal direcionada para criar um máximo de condições à mudança da embarcação ou até à sua conversão. A taxa anual prevista, como fator de avaliação na concessão proposta pelo município de Faro, aqui, nesta proposta de recomendação, é eliminada. Pretende-se criar dentro do possível as condições de viabilidade económico-financeira favoráveis à concretização da concessão, indo ao encontro do referido no estudo económico-financeiro que tinha sido apresentado.

As infraestruturas do cais de embarque foram também muito discutidas, tendo sido identificados como um dos principais constrangimentos ao sucesso da concessão. Uma vez que não está regulado o acesso às Portas do Mar, a ausência de um segundo cais exclusivo às carreiras ou à extensão do existente, é também um fator de dificuldade para os operadores.

Para que seja possível o investimento dos privados nas embarcações de motor elétrico, é também fundamental que, por parte do município, este promova dentro do possível postes de carregamento elétricos nos cais de embarque, que são obrigatórios para a mudança de paradigma do transporte na Ria Formosa.

Pretende-se também que haja publicitação do concurso de forma muito expressiva, tanto por meios formais como nos informais, anúncios de divulgação na comunicação social, envio de emails, etc.

Portanto, isto é um resumo apenas das conclusões da recomendação e que gostaríamos que, de facto, houvesse uma tradução para a proposta final, por parte do município.

Muito obrigada, tenho dito.»



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) - «Boa noite, Sra. Presidente, em exercício, e a todos os membros da Assembleia Municipal e Público Presente.

Uma vez mais, acho que é importante realçar o valor das comissões para o bom desenvolvimento do poder político-democrático local. Elas são representadas por todos os partidos e, assim, os documentos que delas emanam refletem um pensamento bastante aprofundado sobre os temas. E, eventualmente, soluções para o que esteve em debate. E esta comissão terá sido, talvez, o expoente máximo disso. Certamente, se todos os órgãos funcionassem como esta comissão funcionou, a nossa democracia estaria mais saudável e mais viva. E um agradecimento, aqui, à arquiteta Teresa Correia, que presidiu esta comissão sempre num espírito de consenso. E a todos os membros que, nela, participaram sem nenhuma exceção. Este documento sai muito melhor do que o que entrou, já que reforça os aspetos do direito a uma acessibilidade condigna para as pessoas com mobilidade reduzida, abre o caminho à descarbonização da mobilidade náutica, sem comprometer o serviço para os residentes do Farol, da Culatra e de Faro, tentando, ao mesmo tempo, garantir a viabilidade económica do promotor.

Se tudo correr como esperado, em pouco tempo poderemos ver a circular barcos elétricos ou a hidrogénio com impacto reduzido ou nulo no Parque Natural da Ria Formosa, e isto seria sempre bastante positivo e foi um objetivo que o PAN sempre tentou durante a comissão. Fizemos algumas cedências, a bem deste espírito de consenso que foi mencionado anteriormente e que esteve sempre presente nesta comissão, mas estamos confortáveis com o resultado final, que foi apresentado ainda há pouco nesta proposta, e que a concretizar-se colocará Faro na liderança da mobilidade náutica sustentável no Algarve, baseada em energias limpas e renováveis. Assim seja. Obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) - «Sr^a. Presidente, em exercício, boa noite. Boa noite a todos.

Julgo que o que está aqui em causa é um transporte marítimo entre Faro e a ilha da Culatra, em particular o núcleo do Farol e o núcleo da Culatra.



A seguir temos o procedimento concursal relativamente a conseguir atingir esse objetivo e depois o trabalho da comissão.

O trabalho da comissão é notável. Estive a ler atentamente o documento que é o resultado do trabalho da comissão e fiquei a refletir naquilo tudo. E ao ficar a refletir naquilo tudo, subscrevo o que já que foi dito sobre a importância de que as comissões trabalhem com esta qualidade e com esta disponibilidade; além de muita disponibilidade, muita qualidade, muita empenho para concluir o seguinte: o município de Faro, a Universidade de Algarve, o Centro das Ciências do Mar, as autoridades governamentais concentradas, ou desconcentradas, ou ambas, deveriam participar neste projeto piloto, nesta experiência, de tentar salvar o mundo com um barco. É interessantíssimo tudo o que ele está, mas eu não consigo fugir à carga de ingenuidade que ali está presente, porque conhecendo nós um pouquinho só que seja do que é a Ria Formosa, e tudo o que por lá se passa, e tudo o que se passa em volta dela, eu não consigo deixar de dizer que aquilo justificava investimento público, interesse público, envolvimento público, compromisso público, num projeto piloto, numa experiência tremendamente válida, sem a carga de ingenuidade de que com aquilo vamos salvar o mundo. Agora, se o objetivo é arranjar uma empresa privada que responda à necessidade de um transporte fluvial, nós todos estamos cá para ver o que é que vai acontecer.»

O membro da AM, Luís Mascarenhas (PS) - «Boa noite. Quero apresentar os meus cumprimentos à Presidente de exercício, à Mesa, a todos os presentes, aos excelentíssimos colegas, secretariado e público presente.

Relativamente à deliberação sobre a recomendação agora em discussão para aprovação, gostaria de apresentar, antes de mais, os meus parabéns a todos os membros que acompanham esta Comissão, pela forma como os trabalhos também se desenvolveram e como se realizaram.

Posto isto, consideramos que as alterações sugeridas ao documento e que estão esplanadas e fundamentadas na recomendação vêm melhorar o documento face às dúvidas que foram levantadas, discutidas e da leitura do mesmo. Como, por exemplo, a garantia de acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada, a duração do serviço, a



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

capacidade, a periodicidade, os horários, a bilhética, e os fatores de avaliação, também que incluímos, bem como as embarcações, a modernização das mesmas, como já foi aqui falado.

Com estas alterações que foram sugeridas e que estão esplanadas no documento, ficaram mais explícitas e salvaguardam todos os interesses que o documento implica, como salvaguarda os interesses dos habitantes da Culatra, os utentes que vão utilizar possivelmente as embarcações, a utilização do transporte, os utentes.

Neste sentido, a bancada socialista acompanha a recomendação e vai votar o favor. Obrigado.»

O membro da AM, Teresa Correia (CDS) – «Boa noite. Cumprimento a senhora Presidente de exercício, os membros da Mesa, os meus colegas aqui presentes da nossa Assembleia Municipal, o público e os funcionários, boa noite a todos.

Quero ressaltar tudo o que já foi dito em relação a esta proposta da nossa Comissão, de que faço parte. Quero dar os parabéns à Presidente da Comissão, que desenvolveu um trabalho ímpar na reunião, e de consenso. Todos os conhecimentos que ela já traz da sua experiência, também como participante, tanto na Assembleia Municipal, como no município.

Quero também fazer uma referência que o documento aqui refletido, a nossa maior preocupação, além das que estão lá esplanadas, é que temos aqui um documento que visa um projeto a médio e longo prazo.

Não podemos estar neste momento ainda a ter considerações a curto prazo, porque uma embarcação neste momento que esteja a funcionar na Ria Formosa tem que ter em conta uma série de fatores que não estavam explícitos no documento original. Em função disso, penso que não podemos considerar que tenhamos objetivos infantis ou ingénuos. Tivemos uma proposta já a pensar no futuro, é uma concessão a 15 anos. O que acontece agora é uma coisa, o que vai acontecer no futuro é outra, o mundo está em evolução e é nessa perspetiva que estas recomendações foram feitas. Temos que pensar para o nosso município, não só o agora, mas também, e muito urgentemente, o futuro.»



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Boa noite, Sr^a Presidente em exercício da Assembleia Municipal, todos os presentes, elementos da Mesa, caros membros e público presente.

Antes de mais, com gratidão, sem dúvida, algum trabalho desta Comissão. Acho que foi, de facto, exemplar um espírito de cooperação, fantástico trabalho e eu acho que o resultado está à vista.

A seguir, quando recebi o documento, eu não fazia parte da Comissão e acompanhei, naturalmente, através das atas, mas quando li a primeira vez o documento, coloquei-me numa perspetiva empresarial e eu sou sincero, a primeira leitura, eu não gostei da recomendação e não gostei porque achei que havia demasiadas portas entreabertas que poderiam ser aproveitadas por um empresário. Mas fiz o mesmo raciocínio, perante o documento original. Estavam lá exatamente as mesmas ou muito semelhantes. Ou seja, a conclusão a que eu cheguei foi claramente que a recomendação melhora e muito o documento inicial. E é aí, obviamente, que nós desejamos chegar.

Claramente que a recomendação incide sobre três pilares, como já foi referido: a mobilidade, o melhoramento da mobilidade reduzida – e aí vai haver um grande ganho, sem dúvida alguma –, a periodicidade do serviço e a acessibilidade das ilhas, que também certamente vai melhorar. E eu acredito, já agora, que encontraremos alguém para esta concessão que cumpra estes requisitos e que, face às recomendações, torne isto possível e torne possível este serviço, por exemplo, durante o ano todo, ao retirar a tal taxa fixa anual, garantido uma viabilidade ou potencial viabilidade financeira. Retirou, igualmente, o número mínimo de pessoas por viagem nos períodos fora da época turística, entre 1 de junho e 15 de setembro. Não sei se isto foi intencional ou não, sou sincero. Foi ótimo, fantástico, porque isto realmente possibilita que se utilizem outros tipos de barcos e também há viabilidade económica nesse período.

Em relação à sustentabilidade e a vertente ecológica, eu acho que é fantástico estar incluído, são ideias muito, muito boas. Eu pessoalmente, colocando-me, mais uma vez, na perspetiva empresarial, duvido, duvido, que realmente consigamos atingir o objetivo consoante o espírito do regulamento. Ou seja, acredito que seja possível cumprir o objetivo em papel, na prática tenho sinceramente as minhas dúvidas.



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

No entanto, mais uma vez, abre a porta a esta possibilidade, dá uma grande vantagem no concurso, essa possibilidade. E se houver empresários dispostos para isso, com conhecimento, e existem no nosso concelho ou perto, é possível conseguir.

E acompanho, por último, aqui o membro Paulo Batista do PAN, de ter referido que de facto a Ria Formosa tem de ser descarbonizada, tem de ser de facto mais ecológica.

Eu acho que isto devia ser um objetivo e deveria ser algo que nós deveríamos realmente pensar, como é que poderíamos tornar isto um projeto piloto a nível nacional, não só as carreiras em si, mas eventualmente toda a navegação na Ria Formosa, através de algumas alternativas de deslocação que já existem. Muito obrigado.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) – «Cumprimento a Presidente em exercício, o Executivo, os meus colegas aqui presentes e o público.

Eu não podia deixar de intervir sobre esta recomendação, uma vez que é a primeira vez que eu participo na Assembleia, participo em comissões e é com agrado que participo, penso que lá realmente nós fazemos um bom trabalho, fazemos um trabalho que será bom para o município. Por isso, quero dar os parabéns à Teres.

E o Bloco só espera que a Câmara tenha em consideração todas as horas que nós despendemos para tentar melhorar o documento. É só isso que eu quero dizer. Muito obrigada.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Boa noite, Sr^a. Presidente em exercício, Sr. Vice-Presidente da Câmara Municipal de Faro, Srs. Vereadores, caros colegas e digníssimo público.

A Comissão realmente fez um bom trabalho. Quem esteve nesta Comissão pelo MPT foi o Felipe Nascimento, mas foi-me pondo a par da situação.

Esta recomendação tem realmente alguns pontos muito favoráveis. Agora, a gente tem que ser realistas com as coisas. É um passo bom, é um passo grande se conseguirmos que as carreiras se tornem elétricas. Sem dúvida a acessibilidade a toda a gente... porque os barcos são completamente obsoletos, aqueles que fazem a ligação às ilhas. Por acaso, os da Praia de Faro até não são assim tão obsoletos, mas aqueles



que vão para o Farol e para a Culatra são uma vergonha. Uma pessoa que vá de cadeira de rodas não consegue, a não ser que seja lá posto ao colo. Portanto, este trabalho todo foi observado e está a ser desenvolvido, e de certeza que o município vai ter em consideração todo o trabalho da Comissão, não só desta, mas das outras todas, despendemos muitas horas do nosso tempo.

Agora, vamos fazer aqui um papel do mau. Temos que ter um bocadinho consciência daquilo que dizemos, que é, vamos descarbonizar a Ria Formosa. Mas têm a consciência do que estão a dizer? Têm consciência das centenas de barcos de trabalho que passam, quando entram e saem da barra, trabalham na Ria Formosa? Têm consciência dos mariscadores, dos viveiristas, que não têm como adquirir, nem sequer há tecnologia suficiente para ir a 60, 80, 90 milhas da costa com um barco elétrico? Têm consciência que o barco se calhar não tem potência suficiente para atravessar uma barra? Isso é tudo muito bonito, a gente diz que tem que se fazer assim, tem que se fazer assado... Eu também gosto, eu também gostava, mas temos que ter consciência das coisas. Temos que ter consciência que na realidade atual não é possível fazer isso e, mesmo a médio prazo, não estou a ver como é que vamos fazer isso. Um dia vamos lá chegar e eu também quero que vamos lá chegar, também gosto que a gente um dia consiga fazer com que a Ria Formosa esteja livre de combustíveis fósseis, mas é preciso é vivermos na realidade que existe.

Há uma tendência mundial para acabar com os carros a gasóleo. A gasolina, eles ainda vão demorar mais um bocadinho. O primeiro impacto que nós sofremos foi o aumento dos preços do combustível, o gasóleo ficou já mais caro que a gasolina e vai-se manter assim, cada vez as pessoas se vão desfazer mais dos carros a gasóleo. E isso qualquer dia também passa para a gasolina, as pessoas vão ter que ter outra solução na vida, mas temos que pensar que para um pescador, não estou a falar para um menino que compra uma moto d'água ou para outra coisa do género, com o dinheiro do pai, eu estou a dizer é para o pescador, para o viveirista, para o mariscador, para as pessoas que trabalham realmente na Ria Formosa, nem tão cedo vai ser viável ter um barquinho elétrico para ir trabalhar.

De qualquer maneira, a comissão está de parabéns, as propostas são boas, o MPT também gostaria de ver postas em prática, mas o resto,



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

descarbonização da Ria Formosa, no meu tempo útil de vida acho que a gente não vai ver isso. Obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) – «É só uma nota, eu acho que temos que pensar em questões de transição sabendo que todas as grandes viagens começam com um primeiro passo e este documento versa em específico sobre uma situação em particular que são as carreiras marítimas. Neste caso não estaremos a falar da pesca, mas pronto, só para deixar esta nota, que é um primeiro passo para um caminho que se pretende fazer o mais rápido possível e é uma nota positiva.

E por outro lado, o Movimento Partido da Terra deveria acompanhar esta mudança também como partido ambientalista.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Muito obrigada. De momento a Mesa não regista mais inscrições, portanto passaremos à votação da “Deliberação sobre a Recomendação da Comissão de Urbanismo, Planeamento, Mobilidade e Obras Públicas, relativa à Proposta 256/2022/CM – Concessão de exploração do serviço de transporte regular com embarcações de passageiros entre Faro – Ilha do Farol e Culatra, na Ria Formosa, Algarve.”

Votação:

Votos a favor: 30

Votos contra: 00

Abstenções: 0

Aprovado por unanimidade.

Ponto 4

“Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade desta e da sua situação financeira, da situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Passo a palavra ao senhor vice-presidente.»



Vice-Presidente da Câmara Municipal «Boa noite a todos, boa noite. Sr^a Presidente da Assembleia, em exercício, membros da Assembleia, excelentíssimo público.

O Presidente hoje, por compromissos pessoais, não pode estar aqui presente, com todo o gosto estou representá-lo neste ponto.

Portanto, nós em termos processos de contencioso, em relação à última informação prestada à Assembleia, temos mais dois processos; instaurados pelo município temos três; contra o município, cinco, e finalizados temos cinco.

Em relação à informação financeira: quase a finalizar este ano, da dotação de 57 milhões 361 mil e 277, temos cobrada 56 milhões 184 mil e 16 euros, portanto praticamente a atingir em termos de cobrança aquilo que foi a dotação de orçamento, em termos receita.

Em termos de endividamento, temos neste momento registado uma dívida de 15 milhões, 208 mil e 331 euros.

Em relação à receita de capital, da dotação a 23 de setembro de 2022, em relação à data de 12 de dezembro de 2022, tínhamos uma dotação de 12 milhões e 800 mil, temos neste momento cobrada 4 milhões e 690.

Na despesa de capital – segundo os dados que estão aqui, estou a ler apenas aquilo que está aqui na informação financeira – neste momento são os valores praticamente de final de ano, dotação de 21 milhões, comprometida 15 milhões, faturada 7,5, paga 7 milhões e 200, em dívida 266 mil euros.

De despesa corrente, da dotação de 48 milhões 878 mil, temos neste momento comprometida 48 milhões 634, faturada 32, paga 32, aproximadamente, em dívida 411 mil euros, que basicamente é dívida dentro dos prazos legais e em tramitação interna.

Em relação a eventos e iniciativas em que a Câmara esteve envolvida, quer por organização própria, quer por participação nessas iniciativas, temos a assinalar:

- A segunda corrida Cidade de Faro, desenvolvida por uma associação de Faro; inauguração da loja do projeto de habitação a custos controlados, que estamos a receber propostas de candidatura até o final deste mês, praticamente a terminar, com uma boa afluência de interessados;



- Os Prémios de Mérito, que realizámos com elevado sucesso, com muitos alunos e com o reconhecimento devido aos alunos e auxiliares e professores do ensino básico e secundário.
- A Feira de Santa Iria decorreu finalmente com normalidade, com muita afluência de público, durante o mês de outubro.
- Também tivemos aqui, através do nosso protocolo com a Fundação Milénio BCP, mais uma exposição. Temos feito uma anualmente de Arte Contemporânea da coleção da Fundação Milénio BCP, que está a decorrer ainda mas foi inaugurada no mês de novembro.
- Também, numa articulação entre a Associação Académica da Universidade do Algarve, foi desenvolvido um concurso para um monumento aos estudantes da cidade de Faro. Em articulação entre a Universidade, a Associação Académica e o Município, foi definida uma localização, foi feito um concurso e essa obra, depois de alguns atrasos de conceção da nossa parte, finalmente foi inaugurada aquando do aniversário da Associação Académica.
- Também tivemos aqui em Faro, pela primeira vez, um importante encontro internacional de escultura romana, que reunimos aqui em Faro, os principais especialistas de escultura romana de Portugal e Espanha, principalmente Portugal e Espanha.
- Também temos tido, ao longo destes últimos tempos, as assembleias participativas referentes ao Orçamento Participativo, têm ocorrido dentro daquilo que está definido, com muita participação e temos muitas propostas neste momento a ser registadas.
- Também a assinalar a comemoração dos 120 anos da Biblioteca Municipal de Faro, que ocorreu no dia 14 de novembro.
- Também acolhemos em Faro a Taça de Portugal de patinagem artística, que durante quatro dias trouxe mais de 600 melhores praticantes da patinagem artística em Portugal e reuniu em Faro, entre patinadores e famílias, alguns milhares de pessoas.
- Também inaugurámos agora no início de dezembro, final de novembro, a iluminação de Natal, dentro daquilo que é os moldes habituais, cumprindo aquilo que são recomendações do Governo em relação ao período de horário em que iluminação Natal está ligada, mas cumprindo-



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

se dar esta cor às nossas ruas, às principais artérias de Faro e da zona comercial da baixa.

- A assinalar também uma missão empresarial a convite da ANJE - Associação Nacional dos Jovens Empresários, que tivemos no Brasil, em São Paulo e Santa Catarina, onde tivemos contacto e estamos a estabelecer algumas relações com conjunto de startups, numa lógica de colaboração entre o Algarve, a Universidade do Algarve e o Brasil.
- Também realizámos o habitual Concerto de Natal na Igreja de S. Pedro, em articulação e coorganização com o Coral Óssonoba.
- Também de assinalar o habitual Desfile do Motoclube de Faro, alusivo ao Natal.
- Estivemos presentes no Código 43º Aniversário da Universidade do Algarve.

Hoje é tudo. Desejo um Santo Natal, excelente ano de 2023, e estou disponível para alguma questão de que queiram colocar.

Peço desculpa, mas chegou-me agora aqui uma nota que acho que é de assinalar, e peço desculpa à Mesa mas chegou-me uma nota que a mim me diz bastante, acho que diz a todos: faleceu há muito pouco a D. Maria Berta Travia, uma ilustre mulher, com uma intervenção social, uma intervenção enorme, que eu tive a felicidade de, durante anos, lidar com ela e com muita perseverança sempre conseguiu lutar, e muito, pela comunidade do Montenegro, a comunidade idosa em particular, mas toda ela na globalidade. E peço desculpa de ter interrompido, mas acho que estamos aqui reunidos na Casa da Democracia e acho que devíamos, independentemente de todas as outras manifestações que cada um queira tomar a seguir, mas acho que é importante fazermos um minuto de silêncio, porque, efetivamente, é uma pessoa que faz muita falta. Queria propor esse minuto de silêncio.»

Seguiu-se um minuto de silêncio em homenagem a Maria Berta Travia.

A Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Muito obrigada. Pergunto se há alguém que queira tomar da palavra?»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr.^a Presidente, em exercício, se me permite, gostava de colocar aqui duas efemérides e uma pergunta.



A primeira efeméride que vou falar é que este ano, no hemisfério norte, o solstício de inverno ocorre no dia 21 de dezembro de 2022, hoje, quarta-feira, e daqui a pouco às 21h48 minutos. Vai acontecer, portanto, em breve. Como todos sabemos, vivemos assim o dia mais curto do ano e a noite mais longa. E o inverno vai começar. Como, a partir desta data, a duração do dia começa a crescer, o solstício de inverno simbolizava, e aqui estou um bocadinho contaminado pelas intervenções do nosso membro Vitor Cantinho, daí a referência, como dizia o solstício de inverno simbolizava, na Antiguidade, a vitória da luz sobre a escuridão.

A segunda efeméride, naturalmente, terá necessariamente de ter alguma coisa a ver com isto. A lei número 39/2020, de 24 de junho, que define o regime jurídico da criação, modificação e extinção de freguesias, revoga a lei número 11-A/2013, de 28 de janeiro, mais conhecida por lei Relvas, que impôs a reorganização administrativa do território das freguesias existente hoje, que entrou em vigor precisamente no dia 21 de dezembro de 2022. Hoje.

O Algarve tinha 64 freguesias, passou a ter 51 freguesias, mais 16 uniões de freguesias, 67 no total.

Hoje, creio ser possível saudar as populações, os movimentos populares, os eleitos e as forças políticas que se empenharam para que os processos de desanexação de freguesias contemplem 17 freguesias a restaurar e 8 uniões de freguesias a extinguir. Refiro-me a Bensafrim e Barão de S. João, no Concelho de Lagos; Pera e Alcantarilha, Algôs e Tunes, no Concelho de Silves; Conceição de Faro e Estoi, no Concelho de Faro; Querença, Tôr e Benafim, no Concelho de Loulé; Fuzeta e Moncarapacho no Concelho de Olhão; Luz de Tavira e Santo Estevão, mais Conceição e Cabanas de Tavira, no Concelho de Tavira.

Não estou em condições de confirmar toda esta informação, mas creio ser possível que nos próximos dias ela possa vir a ser confirmada.

Então, vamos agora à pergunta. A pergunta que nós colocamos é a seguinte: não estaria o Concelho de Faro melhor se, em vez da mania das grandezas e da falta de humildade política, tivéssemos tido a coragem e a visão estratégica de reconhecer que, no quadro da organização administrativa do território das freguesias no continente, em Portugal, e tendo em boa conta a dimensão de uma parte das ilhas barreira e da Ria Formosa que estão na freguesia de Faro, assim como a dimensão da



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

cidade de Faro e de uma parte importante da sua periferia mais rural do que urbana, não devíamos nós ter avançado, com coragem, para a restauração das freguesias da Sé e de São Pedro, e não estaria a organização administrativa do território do Concelho de Faro muito melhor assim?»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito boa noite. Cumprimentar a Presidente em exercício e na sua pessoa todos os presentes.

Relativamente ao ponto 4, pretende aqui a bancada do PS concentrar-se na apreciação das atividades e não tanto na situação financeira, isto porque temos aqui uma preocupação no que diz respeito às escolas.

Portanto, dar só aqui um contexto e enquadramento legal. Como todos sabem, na Lei 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o regime jurídico das autarquias locais, é referido que constituem atribuições da autarquia a promoção e salvaguarda dos interesses da população. Neste enquadramento, temos então o novo decreto-lei que concretiza a transferência de competências da educação para a autarquia, nomeadamente o 21/2019, e ali, dentro de um conjunto de competências, também é referido que a gestão dos refeitórios escolares dos estabelecimentos de educação pré-escolar, ensinos básico e secundário são da responsabilidade da autarquia.

Portanto, no enquadramento das atividades aqui apresentadas, desde as assembleias participativas, aos prémios de mérito, ou do monumento aos estudantes, perguntamos de que modo é que esta gestão está a ser feita pela autarquia e se está aqui considerado, na monitorização ou avaliação que se faz desses serviços, a auscultação aos estudantes relativamente ao funcionamento e o nível de satisfação que estes alunos, desde o pré-escolar, que também tem o direito de proferir a sua opinião, até ao final do secundário, de que modo é que este serviço funciona.

Primeiro, saber se a população escolar está a acompanhar positivamente esta responsabilidade, e também perguntar de que modo é que internamente se gere esta responsabilidade. Muito obrigada.»

O membro da AM, Bruno Lage - PSD (Presidente da União das Freguesias de Faro – Sé/S.Pedro) – «Boa noite, senhora Presidente, em exercício, na sua pessoa cumprimento todos os presentes.



Houve ainda há pouco algumas afirmações sobre Junta de Freguesia. É neste sentido que eu venho aqui a intervir e dizer que estava convencido que isto era uma Assembleia Municipal e não era uma Assembleia de Freguesia. Realmente, a União das Freguesias de Faro tem uma dimensão razoável em termos de população e, se calhar, é por isso que merece este destaque na Assembleia Municipal, por parte da bancada da CDU.

De dizer que o facto de a CDU ter uma ideia, ter um pensamento, não quer dizer que as outras forças políticas o acompanhem, e o facto de vir constantemente apresentar este assunto que já vai há quatro ou cinco anos, não quer dizer que muitas vezes passem a ter razão.

De dizer que a maior parte das uniões de freguesias deste país pretende manter exatamente essa designação, e que o executivo da União das Freguesias de Faro está plenamente confortável com o seu trabalho, e, se calhar, desafio a bancada da CDU, teve ainda há poucos dias uma Assembleia de Freguesia e, se calhar, se estava desagradada com o trabalho do executivo, poderia tê-lo mencionado; não o fez, nem sequer se referiu a este tema, não deixa de ser caricato virem agora aqui com este tema à Assembleia Municipal.

De dizer que a Junta de Freguesia ou a União das Freguesias de Faro, unidas, dá mais robustez, dá mais dimensão, dá mais força, e a cidade só tem a ganhar.

Portanto, eu desafio a bancada da CDU, se calhar, na próxima Assembleia de Freguesia, a apontar três ou quatro aspetos, ou então um que seja, em que veja que o trabalho neste momento está pior de união de freguesias em relação às duas freguesias separadas. Lanço esse desafio, em vez de vir com esta cassete cansada, desgastada, realmente é desgastante já ouvir esta matéria. Tenho dito.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Sr^a. Presidente em exercício, muito rapidamente. Eu custa-me sempre muito dizer uma coisa e ouvirem outra. Eu não estive a fazer aqui nenhum balanço da atividade da Junta de Freguesia de Faro – Sé e São Pedro. Eu estive aqui a exprimir uma opinião política sobre, do nosso ponto de vista, a imposição de uma reorganização erradíssima das freguesias neste país. O membro Bruno Lage já falou aqui dos concelhos tinham 170, 180



freguesias. Caramba. Os 16 municípios do Algarve, quantas freguesias têm? Tinham 84, passaram a 67. Será que a gente vai precisar transformar o Algarve num concelho chamado Algarve? Nós estamos a falar aqui da divisão administrativa do território. Não estamos a fazer aqui nenhuma análise, boa ou má, do que o executivo desta superfreguesia farenses tem feito. E afirmamos, com toda a convicção, e não precisamos desafios nenhuns desses: daquilo que nós conhecemos de Faro, do Concelho de Faro, esta superfreguesia de Faro, que tem a cidade de Faro, tem os arredores da cidade de Faro, tem a Ria Formosa, tem as ilhas barreiras, do nosso ponto de vista, tendo em conta o que é que é a conceção constitucional do edifício jurídico da divisão administrativa do território e o que é uma autarquia ao nível de freguesia, é errado. Afirmamo-lo aqui, justificamo-lo aqui, tenham o senhor Bruno Lage, e as outras forças políticas todas, a opinião que tiverem. Obrigado.»

O membro da AM, Paulo Baptista (PAN) - «Queria aproveitar este momento para fazer uma questão ao vice-presidente, que está relacionada com o abate de algumas árvores nas últimas semanas. Temos recebido várias denúncias e confirmado, ao pé do Mercado, na rua da AMAL, também junto à muralha da cidade de Velha, árvores de grande porte, e questionar quais as razões para o seu abate.

E nessa sequência, também perguntar sobre o ponto de situação do regulamento da gestão do arvoredo urbano e do inventário municipal do arvoredo, que já foi proposto aqui pelo PAN algumas vezes, mas que entretanto, também através de uma conquista do PAN, teve uma aprovação na Assembleia da República, onde foi criada a Lei 59/2021, do Regime Jurídico do Arvoredo Urbano, que obriga os municípios a terem estes regulamentos de gestão do arvoredo bem como o inventário.

Portanto, as razões do abate, e como está o ponto da situação relativamente a este regulamento. Obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins – CDU (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe) - «Muito obrigado, senhora presidente. Muito boa noite, na sua pessoa, quero cumprimentar todos os presentes.



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Só para, no âmbito da atividade municipal, referir que exatamente hoje é o solstício de inverno, é o dia mais curto do ano e a noite mais longa, e pelo que me é dado perceber, nomeadamente na freguesia de Santa Bárbara de Nexse e em vários pontos da cidade de Faro, a iluminação pública está a acender uma hora depois de anoitecer e está a parar uma hora antes do amanhecer.

Não sei se este alerta ou esta reclamação já tinha chegado à Câmara Municipal, mas julgo que haverá a necessidade de a Câmara acompanhar desde já esta situação, porque os dias até crescerem ainda vai demorar um mês ou dois até se ultrapassar este diferente horário, e para que nos próximos anos não aconteça esta situação, porque, em algumas zonas do Concelho, causa desconforto, alarmismo e medo aos nossos habitantes. Muito obrigado.»

O membro da AM, Bruno Lage - PSD (Presidente da União das Freguesias de Faro - Sé/S.Pedro) – «Senhora presidente, muito obrigado. Só uma nota muito, muito, rápida.

Só para dizer que fala-se da dimensão da União das Freguesias de Faro, do território, só dizer que 70% do seu território é Ria Formosa. Tem as ilhas barreira e o resto é ria e, como sabemos, o poder de intervenção de uma Junta de Freguesia em plena Ria Formosa, praticamente é nulo. Portanto, se analisarmos a área territorial da Freguesia, da União das Freguesias de Faro, é pouco maior, por exemplo, da área territorial da Junta de Freguesia do Montenegro. Portanto, essa superfreguesia tão assustadora, vejam lá que, afinal de contas, é pouco maior em termos de terreno útil do que a Junta de Freguesia de Montenegro e seguramente mais pequena do que a agora nova Freguesia de Estoi. Vejam lá isto!»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente. Boa noite a todos.

Falar, porque fui suscitado, em relação ao corte e abate de árvores. Eu vivo mesmo em frente à Amal e foram realmente cortadas duas árvores que já estavam mortas, completamente secas, como há uma centena de árvores secas pela cidade de Faro. Mas, felizmente, o sol volta a nascer, começa a crescer os dias e não há inflação. Portanto, todo o renascimento da vida é feito pela natureza de uma forma divina. E acontece que uma das árvores foi cortada, mesmo em frente a estas duas



árvores que foram cortadas agora, renasceu. Portanto, cortaram um determinado sítio, cerraram uma retícula e o que é certo é que a velha árvore está já a renascer com troncos novos.

Eu já tinha feito a pesquisa e o mesmo de se passa com as palmeiras. As palmeiras podem e devem, no futuro, se os escaravelhos as atacarem, serem cortadas por técnicos especialistas e depois são enxertadas por um novo rebento de palmeira. A antiga renasce, as raízes fazem renascer a nova e isto é um processo da natureza que é milagroso.

Em relação à união das freguesias, nós somos a favor da união das freguesias. A força vem da união das pessoas e dos territórios e para bem da região. Eu penso que, sobretudo, as freguesias de interior. O grande debate em Portugal, que vai ser o futuro, é como é que nós vamos acudir ao interior que está em assimetria com o litoral. E, naturalmente, estou a pensar nas duas freguesias de Estoi e Conceição, que tinham tudo para continuar unidas e, assim, fortalecerem-se no sentido de serem mais fortes, mais reivindicativas e que têm um património arquitetónico ímpar, arqueológico também. Toda aquela zona está por descobrir, como já falei na reunião de Estoi, e na anterior também, do executivo passado. Existia, a meu ver, isto é uma proposta, uma barragem em Estoi, da época romana. E havia um aqueduto que foi descoberto, está registado por escrito – não sabe onde é que está – e que fazia a ligação à cidade de Ossónoba, na altura. E é interessante ver, como isto umbilicalmente se liga tudo em função do que está a acontecer neste momento, que é um período de seca de dez anos praticamente, e que se foi repetindo ao longo dos séculos e dos dois milénios que passaram por esta província romana na altura. Eu acho que é importante entendermos o que é que a história, o passado e todas as tradições, até, que são memórias e que nos ensinam imenso, e por isso é que a história é importante para a gente tomar decisões, sobretudo, para o futuro. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Muito obrigada. A Mesa não regista mais nenhum pedido de intervenção. Portanto, passo a palavra ao Sr. Vice-presidente para a resposta.»

Vice-Presidente da Câmara Municipal – «Obrigado. De forma muito rápida, em relação aos refeitórios escolares: no seguimento de um conjunto de recomendações, de reclamações e efetivamente também



percebendo que a contratação pública e as regras de contratação pública às vezes não resolve tudo, pode definir e bem limites financeiras para essa contratação, mas às vezes não define outros limites, o município e bem, na minha opinião também, terminou esta prática de concessão de fornecimento de refeições escolares e voltou àquilo que tínhamos antes, há muitos anos atrás, de voltar a contratar auxiliares para a cozinha e voltar a ser da nossa responsabilidade esta confeção de alimentos.

Por sua vez e em articulação com os Agrupamentos, delegámos nos Agrupamentos esta gestão. Acho que é a forma mais correta que salvaguarda melhor os interesses dos alunos, da comunidade escolar e, obviamente, também cumprindo aquilo que já tínhamos antes, mas agora de forma também clara e continuada, contratámos uma empresa de higiene e segurança alimentar para fazer a monitorização e a avaliação das refeições escolares, com relatórios mensais que apoiam a Divisão de Educação na monitorização da refeição. Obviamente que estamos sempre atentos e em diálogo com os Agrupamentos para corrigir eventuais anomalias, e fazer melhorias, acima de tudo isso, melhorias nas refeições.

Penso que tem que estar a correr bem, pode haver um caso ou outro que às vezes não corre bem e, nesse caso, é por isso que temos esta monitorização para que possamos agir com rapidez na maioria das refeições escolares.

Em relação ao abate de árvores, nós conhecemos perfeitamente a lei, estamos neste momento a aguardar orientações, o parecer do ICNF, acerca da elaboração do guia de boas práticas sobre a questão do abate de árvores. Ou seja, da caracterização de todas as árvores existentes no Concelho, tem que haver pelo menos uma primeira fase de elaboração de um relatório sobre a condição existente à data para depois definir a forma de agir. Estamos neste momento a aguardar o parecer do ICNF.

No entanto, qualquer árvore neste momento que tenha que ser abatida é abatida, por estar numa determinada condição que possa cair e com isso obviamente colocar em insegurança o local onde ela pode cair.

As árvores que temos abatido têm sido sempre com pareceres técnicos, que nos alertam e que nos exigem que nós tenhamos que agir por nossa iniciativa, de contrário elas poderão cair quando morrerem, ou seja,



caírem quando tiverem uma situação limite, e com isso poderemos causar aqui alguns prejuízos, quer materiais quer humano. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Não registo mais nenhum pedido de intervenção, portanto passamos para o ponto seguinte que são as Moções.

IV. Moções.

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «A primeira moção que entrou é do MPT “Pela manutenção de uma rampa pública de acesso à Ria Formosa”. Portanto, eu passo a palavra ao membro Manuel Mestre.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «**Moção:** Pela manutenção de uma rampa pública de acesso à Ria Formosa

A Ria formosa é um dos ex-líbris do Algarve e onde muitos Farenses e visitantes do nosso concelho localizam as suas atividades profissionais e de lazer. Todos os seus utentes sentem as mesmas dificuldades, devido ao difícil acesso ao nosso trecho da Ria Formosa.

Dificuldades essas que vão ser potenciadas com o desaparecimento da rampa pública de acesso à ria Formosa que está situada na praia de Faro, junto à ponte existente.

Os viveiristas, produtores de ostras, pescadores e utentes da Ria Formosa vão deixar de ter forma de carregar e descarregar o pescado, marisco e bivalves, empresas de manutenção de embarcações, assim como os utentes da Ria que carregam e descarregam os seus barcos e motas de água.

É imperativo frisar que é a única rampa pública de acesso à Ria Formosa, no concelho.

Devido a todas estas considerações, achamos que é de vital importância que esta infraestrutura pública seja considerada fundamental para apoiar, não só as atividades empresarias, como as de lazer.

A referida rampa devia manter-se a nascente da ponte visto que é a localização com menor cota entre a estrada e a Ria e ainda por evitar que



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

a nova ponte seja atravessada menos vezes, evitando assim potenciais incidentes.

A nova rampa deverá ser munida de um acesso a águas limpas para limpeza de embarcações que deveria ser pago, num modelo idêntico ao das lavagens automáticas.

Necessitará ter um antiderrapante e uma superfície de abordagem à Ria, menos rígida, de forma a não danificar as embarcações.

Em suma, devia ser feito um estudo de mercado das soluções existentes para servirmos os Farenses e a quem nos visite. Uma infraestrutura moderna que seja alvo de um estudo e que vá ao encontro das necessidades de quem a utiliza e respeitando o equilíbrio com o meio ambiente.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Muito obrigada. Antes de passar a palavra a quem solicitar, queria pedir a todos os membros da Assembleia que tiverem declarações por escrito que possam fornecer aos serviços de forma a que as atas sejam mais facilmente elaboradas. Portanto, muitos de vocês fazem as vossas apreciações e apresentações por escrito, não estou falando das moções, mas depois dos vossos pareceres, e se fizerem chegar por escrito, as nossas queridas funcionárias vão agradecer. Muito obrigado. Não sei se alguém te quer tomar da palavra...

Portanto, vamos então passar para a votação.

Votação:

Votos a favor – 31

Votos contra – 00

Abstenções - 00

A moção é aprovada por unanimidade.

Passamos para a Moção de recomendação do PPM “Estação” de filtragem e decantação de águas pluviais e “reservatório” para rega de espaços verdes.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Moção de recomendação “Estação” de filtragem e decantação de águas pluviais e “reservatório” para rega de espaços verdes.»



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Assunto : "Estação" de filtração e decantação de águas pluviais e, "Reservatório" para rega de espaços verdes

Local : Baixa de Faro

Serve a presente proposta de recomendação para gerar outra infraestrutura prospetiva, integrada no sistema conjunto assinalado em epígrafe e, a apresentar ao atual executivo, para se desenvolver junto com as entidades competentes incluindo a Universidade do Algarve.

Na sequência das anteriores propostas apresentadas pelo P. P. M., tais como a Circular sul e a Alameda verde, infraestruturas a criar situadas na frente de Faro com a Ria Formosa, tendo presente o fator de risco de inundações da baixa de Faro quando das chuvas diluvianas de outono-inverno e, conjugadas cronologicamente com o ciclo de marés altas.

Este projeto irá também contribuir para a racionalização do consumo de água potável para rega de áreas verdes e para a lavagens das vias. Será executado através de um extenso Reservatório de retenção de águas pluviais, e previsto ser dimensionado por áreas com vários hectares, numa conjugação funcional hidrológica e pela urgente necessidade de proteção do Património histórico edificado na capital do Algarve.

A antecipação construtiva desta ideia com a criação da "Estação/Reservatório" subterrânea, ao situar-se abaixo do nível médio das águas do mar, drenaria as águas pluviais de toda a baixa de Faro. De forma paralela, responderá a uma efetiva despoluição da zona, e aquilo que tem acontecido na cidade historicamente em termos de inundações, retendo parte do volume de águas pluviais ;

Para além da filtração das primeiras águas pluviais outonais que, literalmente, lavam o acumulado anual de hidrocarbonetos, agente poluente de uma zona de arruamentos com alto tráfego viário, estacionamento automóvel e, de autocarros, são despejados através dos escapes das viaturas. Hidrocarbonetos que, por sua vez, contribuem para a dissolução do alcatrão, outro hidrocarboneto bem presente nesta zona, e que poluem diretamente as águas da Ria Formosa.

Para além das pontas de cigarros e plásticos amontoados, bem como de outros detritos sólidos não biodegradáveis e, com todos os inconvenientes para o Ambiente natural que, seriam futuramente e desta forma inovadora



decantados por gravidade, sendo que antes venham a ser filtrados por filtros de areias a introduzir nesse mesmo espaço subterrâneo.

Este projeto futurista teria em mente a necessidade de uma infraestrutura fundamental situada no coração da Ria Formosa e, pelo nosso conhecimento quanto às sustentabilidades financeiras para o efeito providas dos fundos europeus.

Em síntese, a criação da Estação de decantação e filtragem de águas pluviais/Reservatório, permitiria comportar, finalmente, uma reserva significativa de água não potável para rega das áreas verdes mais próximas da baixa de Faro incluindo todas as áreas ribeirinhas criadas ou a criar.

Iria também contribuir para ajudar a absorver as águas diluvianas que não se esgotam na Ria Formosa nos períodos de marés vivas, e precaver a baixa de Faro de inundações que tantos prejuízos causam aos comerciantes e moradores.

Por fim, esta realização infraestrutural iria contribuir pontualmente para inverter o atual estado de falta de água no Algarve no que se refere ao nível de armazenamento de água das suas albufeiras. A região, estando ainda em seca extrema há cerca de 10 anos, e sabendo que ciclicamente, com esse fator meteorológico repetido ao longo dos tempos. O projeto deveria ser englobado num plano hidrológico regional racionalizado, considerando o mesmo sistema de barragens já construídas e, as previsões climáticas futuras.”

Já se falou anteontem nas questões hidrológicas específicas de Faro. Houve grandes intervenções e exaltamentos, de tal maneira que eu penso que temos que pensar numa autoridade policial presente, e não se mencionou o que é importante, que é a conjugação das chuvas diluvianas coincidentes com as marés altas.

Em síntese, a criação desta estação de decantação e filtragem de águas pluviais e reservatório não é nova. Portanto, a autoestrada de Lisboa tem nos seus maiores troços para o vale, portanto, são dezenas de quilómetros, a drenagem das primeiras águas pluviais lavam o pavimento e são canalizadas para uns tanques, cuja estagnação da água faz decantar tudo que é essencialmente hidrocarbonetos de milhares ou dezenas de milhares e milhões de veículos que passam na autoestrada,



para o Algarve (todos passam por ali), e da borracha do desgaste dos pneus que ficam registados no pavimento, tudo isso é lavado por decantação, portanto é filtrado.

Aqui, é uma situação nova e eu não conheço nenhuma estação deste género, mas é uma coisa que eu tenho pensado já há muitos anos, que é introduzir, para além da água estagnada e a decantação gravítica da água, introduzir um filtro de areia. Esse filtro de areia serviria depois, porque tinha que ser removido todos os anos, a areia que estava lá e que ficam as pontas de cigarros de um ano inteiro, ficam os plásticos, as colherinhas, as palhinhas e todos esses detritos sólidos que se acumulam, mas fica sobretudo tudo o que sai do escape dos automóveis, de uma área da baixa que é altamente frequentada, não só pelo estacionamento, mas também pelo tráfego normal. E essa primeira lavagem, com as águas no início do outono, deviam ser canalizadas para reservatórios, portanto, para um grande tanque. O Sr. Presidente, na última sessão, até falou na quantidade de garrafões que ficam por metro quadrado, portanto essas chuvas já teriam, com certeza, enchido metade do reservatório. Se quiserem ver a experiência, vão espreitar o terceiro piso do estacionamento da Pontinha, está lá registado, tem uma piscina de água de metro e meio da altura, de água que foi esgotada, ao longo dos anos, não foi só este ano. Portanto, sempre a água vem acumulando e escorre para um tanque. E esse tanque será de decantação das águas pluviais, por gravidade, que não se vai jogar fora. E é isso que eu acho que deve ser criado simultaneamente com o reservatório, que depois sirva para rega dos espaços verdes, e que são muitos na Baixa de Faro, e que se pode conduzir para uma conduta, pela Avenida Gulbenkian, até lá em cima, e regar tudo com água das águas pluviais. E, naturalmente, esta realização infraestrutural iria contribuir, pontualmente. Mas, se todas as cidades o fizessem, era importante, para inverter o atual estado de falta de água no Algarve.

Felizmente, foram dez anos, começou a chover, sempre a natureza repõe e São Pedro faz chover, quem acredita ou quem não acredita, mas, ciclicamente, essa falta de água em certos períodos é colmatado pela não utilização das águas das barragens, que devem permanecer para abastecimento do Algarve e não para rega, sabemos que é um desperdício uma água tratada servir para rega.



O projeto deveria ser englobado num plano hidrológico regional, não sei se existe, quer dizer, pensar num todo, porque está-se a pôr já o problema das barragens de sotavento e barlavento, nós já temos do nosso lado aguinha, e há falta de democraticidade na distribuição da água, porque devia-se pensar numa ligação que reponha equilíbrio nas barragens já construídas e para as previsões climatéricas futuras. Obrigado.»

O membro da AM, Sérgio Martins (CDU) – Presidente da Junta de Freguesia de Santa Bárbara de Nexe – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

Sendo apreciador das intervenções do Membro desta Assembleia Municipal Vítor Cantinho, apreciador, muitas vezes no sentido filosófico, outras vezes no sentido na visão paisagística e outras na preocupação ambiental que tem sobre o tema, sendo apreciador dessas intervenções, gostaria no entanto de fazer aqui, em primeiro lugar, uma pergunta à Câmara Municipal de Faro, porque o Sr. Presidente na última reunião que tivemos falou que já havia um estudo feito para a zona do Largo de São Francisco e para a zona de São Luís, falou que o estudo feito aqui na zona do Parque de São Francisco seria umas válvulas, mas não disse nada do que seria na zona de São Luís. Ora, acho que era importante, até na discussão da moção aqui apresentada, saber o que é que esse estudo recomenda à Câmara, porque também acho que não estamos em condições técnicas de assegurar que a proposta aqui feita pela moção, ou é ideal, ou é exequível, ou é viável, também acho que nós estamos em condições. Portanto, acho que seria bastante importante que a Câmara pudesse informar aqui, então, qual é a solução que esse estudo que a Câmara já tem aponta para a zona de São Luís. Muito obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Não retirando o mérito a esta moção de recomendação, o que se solicita é que não se promovam intervenções à desgarrada na cidade, e a propósito disto, dizemos que a Baixa de Faro – isto porque esta moção, quando refere esta intenção, é no local Baixa de Faro – e consideramos que ela precisa, a dita Baixa de Faro, de um plano estratégico com futuro e que integre todas as variáveis inerentes à sua preservação. Este plano deve considerar, a montante, a vertente holística e pluridisciplinar, encontrando as fragilidades da zona e identificando as oportunidades.



As chuvas fortes provocaram inundações em vários pontos da cidade e não só neste, registando-se um número muito elevado de prejuízos.

A autarquia, em conjunto com a Fagar, deveria começar pelo mais simples, nomeadamente a limpeza da rede de saneamento para que, preventivamente, seja assegurada a manutenção e o bom funcionamento da rede pública de saneamento.

Portanto, a seguir a isso, considerar seriamente o início de obras estruturantes, mas todas elas pensadas na cidade, no seu todo e articuladas umas com as outras. Não podemos pensar só num ponto, considerando que aí se melhora, e depois rebenta no outro lado. Muito obrigada.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) - «Senhora Presidente, em exercício, muito boa noite. Cumprimento em si todos os presentes, digníssimos vereadores presentes, caros membros da Assembleia e público também aqui presente.

Não querendo alongar-me, mas eu também aprecio muito estas propostas que vêm à Assembleia Municipal, por parte dos partidos que sustentam a Câmara e o Executivo que está na Câmara. E a pergunta que eu gostava de colocar é se fizeram chegar essa preocupação e essa proposta ao Executivo que vocês apoiam no município? Porque na última sessão, que foi há 48 horas, em que estivemos a aprovar o orçamento, não estou recordado de ter ouvido o PPM reivindicar que o orçamento devia incluir esta matéria.

Já agora, e também a propósito desta discussão, e concordando muito com o que a minha camarada Beatriz disse, é que nós estamos a assistir e a sentir em Faro, é efetivamente a intervenções à desgarrada. Olhem para aquele bocadinho da Nacional 2, entre a rotunda da Caloust Gulbenkian e a estrada junto ao modelo, quantas vezes é que o tapete de alcatrão já foi aberto depois de ter sido lá colocado há quatro anos? E nós tentamos saber qual é que é o plano de investimentos da Fagar, e o plano de investimentos da Fagar é uma página e meia! Um conjunto de vulgaridades de “sim, vamos investir na rede, é um trabalho contínuo, vamos investir na frota, vamos investir nisto”... uma página com esses tópicos, digamos assim, e depois uma página com o quadro financeiro previsto para esse plano de investimentos. Mas qual é que é o plano de



investimento? Porque é que não há uma coordenação “*Câmara, vocês vão pôr aqui alcatrão, é a altura de nós tratarmos essas condutas...*” Porque é que isso não existe? Alguém sabe qual é que é o plano para a requalificação das condutas? É porque não dá para fazer tudo ao mesmo tempo. Quais é que são as prioritárias? E eu acho que isto era importante, para termos uma discussão profunda e séria sobre a água em Faro, sobre a água que infelizmente há mais quando temos estas chuvas e a água que há menos no resto do tempo. Mais, para além do aproveitamento das águas pluviais, julgo que também era bastante oportuno pensar-se que este reaproveitamento de água também pode servir para regarmos as áreas verdes que temos no Concelho.

E da informação que eu tenho, as Águas do Algarve têm feito contactos com o Município com a intenção de haver exatamente um aproveitamento destas águas com base na ETAR que está junto ao aeroporto. O que é que está a acontecer a esse respeito? É que, se não, agora tivemos as cheias, vamos discutir as cheias. Daqui a uns 4 ou 5 meses, estamos a começar a discutir que está a faltar a água, e não há uma estratégia nem um plano para a água. E, da nossa parte, estamos disponíveis para esse plano e para termos um compromisso no que diz respeito à água. Aquilo que pedimos é que as bancadas que suportam o executivo também puxem por eles e forcem a maioria que tem na Câmara, e na Assembleia Municipal para tornar isso uma verdadeira prioridade. Este é o apelo que queremos deixar e vamos votar favoravelmente à proposta porque conceptualmente concordamos com a mesma. Obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Muito obrigado, Sr.^a. Presidente.

Pois, para responder ao meu colega Portada, em relação a esta infraestrutura e que obedece, como eu referi o na parte final, a um plano hidrológico regional, e é com esse facto que eu estou a falar em regionalização. Portanto, a maior parte das minhas propostas não são para a própria Câmara, é o Algarve ser pensado de barlavento a sotavento.

A questão das barragens é um deles, que não eu percebe nada, mas percebo, através da história, que as ilhas todas eram florestas, e tive já a oportunidade, na Universidade do Algarve, primeiro, de defender uma



universidade que tenha arquitetura civil. É uma necessidade urgente, como o curso de medicina, que foi um sucesso, está a decorrer. O Hospital Central, que vamos discutir aqui, é importantíssimo discutir aonde fica e a proximidade que tem que ter com a universidade. São coisas que extravasam a Câmara de Faro. E esta questão desta infraestrutura tem a ver com um governo regional e um departamento próprio de infraestruturas. Não é o ministro das infraestruturas que vai agora lançar uma gambiarra à volta de Faro e outra gambiarra para a Baía de Lagos. Sem conhecer o sítio. Ele nunca esteve no Algarve de certeza, nunca esteve em Faro, ou se esteve não esteve ali na proximidade da Ria Formosa. Eu acredito nisso. Não tem a sensibilidade das pessoas. E os técnicos que estão... de onde é que vem esse plano? Esse plano vem de Lisboa, das infraestruturas de Lisboa, que impõem que é este traçado, sem saber que há outras opções, que eu já falei também aqui.

E é o porto de cruzeiros. Não é Faro ou o município que vai fazer o porto de cruzeiros.

São os espaços verdes, esta reflorestação que é necessária para a ilha, não só por questões ambientais de fixação de carbono e todas essas teorias que existem, que fazem muito jeito, mas evitar a demolição das barracas, foi uma poluição total de toda a área. Foi um desastre ecológico. Há pedaços de tijolos, cerâmica, telhas, com amianto. Tudo veio parar até a ilha de Faro, que eu encontrei. Eu fotografo um metro quadrado e tenho mais detritos que areia.

E quando se demolir da ponte velha, vai acontecer o mesmo.

Para terminar, pronto, eu penso que isso é essencialmente um departamento que existe e técnico que existe na Câmara e tem que ser infraestruturas que têm uma dimensão, tem que ser pontualmente localizadas e estrategicamente localizadas e também com a colaboração dos técnicos da Câmara. Naturalmente. Obrigado.»

O membro da AM, Gameiro Alves (PSD) – «Boa noite, Sr^a. Presidente em exercício. Boa noite, senhor representante do Sr. Presidente da Câmara, na pessoa de V. Ex^{as}., cumprimento todos os presentes.

Eu sou das pessoas que estão extremamente satisfeitas com o funcionamento das comissões e desde a primeira hora, como sabem,



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

aqui as defendi intransigentemente, e o trabalho que tem sido feito e felicito a Teresa Correia por isso, porque nas comissões estão realmente todos os partidos que aqui estão. Elas estão a funcionar muito bem.

Mas eu reparei na intervenção do Guilherme Portada, que até é preciso e que não deixo de estar de acordo relativamente ao caso da Fagar, eu gostaria, era que na altura em que o orçamento da Câmara é feito, que todas as forças que aqui estão, como fazem nas comissões, também apresentassem, como acontece relativamente ao orçamento de Estado, que teve 1.500 adendas e propostas de todos os partidos, também aqui gostava eu, e via isso com muito bons olhos, devo dizer-vos, que para o orçamento de 2024, todos os partidos aqui representados atempadamente apresentassem na Câmara as suas propostas da alteração e de melhoramento do orçamento. Disse.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Muito obrigada. A Mesa não regista mais nenhum pedido de intervenção, portanto passamos à votação.

Votação:

Votos a favor – 26 (10PSD, 10PS, 02CDS, 01IL, 01MPT, 01PPM, 01CH)

Votos contra – 00

Abstenções – 05 (03CDU, 01BE, 01PAN)

A moção foi aprovada por maioria.

Passamos para a terceira moção, por parte do grupo do Partido Socialista. Portanto, é um voto de saudação para o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro).»

O Membro da AM, Ana Passos (PS) – «Muito obrigada, Sr^a. Presidente. Saúdo a Senhora Presidente, e na sua pessoa cumprimento a Mesa. Cumprimento a Senhora Vereadora e os Senhores Vereadores, caros colegas das diferentes bancadas, excelentíssimas funcionárias e excelentíssimo público.

No dia 25 de novembro assinalou-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as Mulheres. Esta é uma questão que penso que nos sensibiliza a todos, que os números não são preocupantes, são brutais.



É uma questão que se tenta resolver e que nos consegue escapar e vai-se agravando de ano para ano. Trago-vos aqui apenas alguns números do estudo conjunto do Observatório das Mulheres Assassinadas e da União das Mulheres Alternativas de Resposta - UMAR, que revela que até 15 de novembro deste ano foram assassinadas cerca de 28 mulheres. Um outro estudo, o Manifesto da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, reporta que mais de metade das jovens em relações de namoro, já sofreram alguma forma de violência psicológica ou física e cerca de 7 em cada 10 jovens normaliza a violência. O manifesto refere igualmente que a violência contra as mulheres e raparigas é uma das formas mais extremas da desigualdade, com o qual nós concordamos.

Manifesta-se de múltiplas formas, incessante e recorrente, ocorre durante todo o ciclo de vida e não conhece fronteiras geográficas, económicas ou sociais.

Assim, saudamos os que diariamente trabalham em prol das vítimas, assim como todos os que lutam pela erradicação da violência contra as mulheres, sejam associações, organizações não governamentais, movimentos cívicos e serviços sociais do Estado.

Hoje e todos os dias, e penso que falo por todos, unimo-nos no combate a esta pandemia silenciosa, porque acabar com a violência contra as mulheres obriga o envolvimento de todos, exigindo sobretudo o envolvimento dos homens.

Neste sentido, os eleitos do Partido Socialista propõem que a Assembleia Municipal delibere

1: saudar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres

2: saudar todas as entidades, associações e organizações que trabalham diariamente em prol das mulheres vítimas destes crimes hediondos e, por último, remeter o presente voto à APAV, a UMAR, ao Observatório das Mulheres Assassinadas, à Associação das Mulheres Contra Violência e à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres. Disse.

Texto integral do voto de saudação

“Voto de Saudação – Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (25 de novembro).



Conforme instituído, no dia 25 de novembro assinalou-se o Dia Internacional para a Eliminação da Violência contra as mulheres. Evocar esta data é recordar todas as mulheres e raparigas vítimas de qualquer tipo de violência, quer seja física, sexual ou psicológica.

Um estudo conjunto do Observatório de Mulheres Assassinadas e da União das Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR) revela que este ano, até 15 de novembro, em Portugal, foram assassinadas 28 mulheres: "22 femicídios nas relações de intimidade" e seis assassinios, em que três deles ocorreram "em contexto familiar", um "em contexto de crime", um "por discussão pontual" e um "em contexto omissivo".

Consoante o manifesto da Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, mais de metade das jovens, em relações de namoro, já sofreram alguma forma de violência psicológica ou física e cerca de 7 em cada 10 jovens normaliza a violência. Mais ainda, o mesmo documento refere que mais de 6 em cada 10 jovens mulheres sofreram formas de violência sexual com base na partilha não consentida de imagens e 9 em cada 10 vítimas de violação são mulheres.

O manifesto refere igualmente que "a violência contra as mulheres e raparigas é uma das formas mais extremas da desigualdade. Manifesta-se de múltiplas formas, incessante e recorrente, ocorre durante todo o ciclo de vida, e não conhece fronteiras geográficas, económicas ou sociais".

Estes continuam a ser números demasiado violentos, números que nos convocam a todas e a todos para a solução deste enorme flagelo. Muito já foi feito no sentido de se melhorar a resposta do sistema com uma evolução crescente das medidas aplicadas como por exemplo as medidas de coação, com afastamento do agressor e com recurso a vigilância eletrónica, penas de prisão efetiva e o aumento do nº de pessoas integradas em programas para agressores, entre outras medidas. No entanto, ainda existe necessidade de se continuar a apostar na formação e qualificação dos profissionais das forças de segurança, da justiça, da ação social, da saúde e da educação, bem como em mais equipas de apoio à vítima.

Saudamos os que diariamente trabalham em prol das vítimas assim como todos os que lutam pela erradicação da violência contra as mulheres, sejam associações, organizações não-governamentais, movimentos cívicos e serviços sociais do Estado. Hoje e todos os dias, unimo-nos a todas e a



todos no combate a esta pandemia silenciosa, porque acabar com a violência contra as mulheres obriga o envolvimento de todos, exigindo, sobretudo, o envolvimento dos homens.

Nesse sentido, os eleitos do Partido Socialista propõem à Assembleia Municipal de Faro que, na sua Sessão Ordinária de 19 de dezembro de 2022, delibere:

- 1. Saudar o Dia Internacional para a Eliminação da Violência Contra as Mulheres;*
- 2. Saudar todas as entidades, associações e organizações que trabalham diariamente em prol das mulheres vítimas destes crimes hediondos; e,*
- 3. Remeter o presente voto à APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, à Cruz Vermelha Portuguesa, à UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta, ao Observatório de Mulheres Assassinadas, à AMCV – Associação de Mulheres contra Violência e à Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres.*

O Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Faro”

O membro da AM, Paulo Botelho (PSD) - «Muito boa noite, Sr^a Presidente, em exercício, na sua pessoa cumprimentar a restante Mesa, vereação, caros eleitos e eleitas desta Assembleia e digníssimo público.

Em Portugal, a violência doméstica é considerada um problema social desde a década de 80, com maus tratos a crianças primeiramente denunciados pelas comunidades pediátricas, e a violência contra as mulheres por organizações não governamentais.

A primeira legislação, especialmente voltada para o tratamento do problema da violência doméstica, surgiu na década de 90.

Inicialmente, a atenção pública prestada à violência doméstica sofrida por homens e violência doméstica sofrida por idosos foi negligenciada, passando a receber atenção somente na década de 90.

A crença sobre a família idealizada remete-nos para um lugar de afetos e de expressividade. Esta idealização, associada a outros mitos é, em parte, responsável por termos negligenciado a gravidade da violência doméstica, considerando-a muitas vezes como uma componente necessária à educação dos filhos, ao relacionamento conjugal e determinadas interações familiares.



Hoje, percebe-se que a violência doméstica constitui, de facto, um fenómeno de longa data. As nossas sociedades estão repletas de indiscrimináveis crueldades cometidas contra crianças, as mulheres e os membros da família.

Ora, se não constitui um problema novo, como é que a violência doméstica se transformou em Portugal num problema social? Talvez porque hoje é maior a sensibilidade e a intolerância social face aos comportamentos violentos e este fenómeno passou a ser alvo de uma grande atenção por parte dos meios de comunicação social, indo assim ao encontro de necessidade e uma maior sensibilização pública para este problema.

As organizações não governamentais, através das suas estratégias de apoio e intervenção, começaram a conferir alguma visibilidade à violência de que muitas mulheres são vítimas no contexto das relações conjugais. E os serviços sociais de apoio e de proteção ao vítima, apesar de ainda serem insuficientes, observam uma nova atitude face a este fenómeno, decorrendo de uma formação mais adequada dos seus agentes.

Desde a década de 80, que se tem vindo a produzir algumas recomendações internacionais neste domínio, e acho que Portugal aderiu, consciente da necessidade emergente da resolução deste fenómeno.

Estas ações conduzem, no nosso país, a identificação de violência doméstica como um problema social de caráter urgente.

Apesar das recomendações internacionais e da adoção de medidas legislativas no nosso país, ainda há muito para fazer neste âmbito.

A violência doméstica constitui de facto um problema complexo e multifacetado, mas o enquadramento legal deste fenómeno constitui somente uma frente de intervenção possível. Por isso, é urgente mantermos o foco na mudança de comportamentos, através da sensibilização e consciencialização para este fenómeno.

O cruzamento de informação proveniente de diversas fontes, nomeadamente dos programas implementados, das forças de segurança, da Associação Portuguesa de Apoio à Vítima e da Comissão para a Igualdade de Género, tem demonstrado que, desde o momento em que se



começou a requerer dados sistemáticos sobre a violência doméstica, este fenómeno tem vindo a registar uma tendência crescente.

Contudo, é importante sublinhar que estes dados apenas nos permitem alguma visibilidade sobre este fenómeno, pois ainda continuamos longe do seu conhecimento real, remetendo-nos para a continuidade do trabalho que se tem vindo a desenvolver, com a criação de estratégias diversificadas e adequadas de abordagem e intervenção.

É imperativo sensibilizar e incentivar a criação de estruturas ou recursos que se traduzam como agentes facilitadores da mudança de comportamentos.

Esta visão integrada sobre os direitos humanos assenta no compromisso coletivo de todos os setores na definição das medidas a adotar e das ações a implementar, potencia a colaboração e coordenação de esforços, valorizando uma perspetiva comum com um efeito cada vez mais estruturante e sustentável no futuro que se pretende construir.

A promoção de hábitos de vida saudáveis e de relações saudáveis, pautadas pelo respeito interpessoal, é o caminho a percorrer, a par de um trabalho próximo, articulado, responsável, proactivo e atento para se construir um futuro mais seguro para todos. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Não registamos mais nenhum pedido de intervenção. Portanto, passamos à votação.

Votação:

Votos a favor – 31

Votos contra – 00

Abstenções – 00

O Voto de Saudação foi aprovado por unanimidade.

Passamos à moção da CDU: Moção – Pelo direito à saúde. Atrair e fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde. Combater o assalto dos grupos privados de saúde.

Eu faço aqui uma nota que o membro Tiago Botelho fez chegar a informação de que está impedido de votar neste ponto. Vai permanecer sentado na bancada, mas não vai contar para os votos.

Portanto, a bancada da CDU pode ter a palavra.»



O membro da AM, Dulce Vilhena (CDU) – «Boa noite à Sra. Presidente, boa noite a todos. Passo então à leitura da moção.

Moção

Pelo direito à saúde. Atrair e fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde. Combater o assalto dos grupos privados de saúde.

- *A degradação do Serviço Nacional de Saúde, quer na região do Algarve, quer no País, é inseparável das opções de sucessivos governos de submissão ao défice das contas públicas e de favorecimento dos interesses dos grupos económicos privados que absorvem cada vez mais recursos públicos.*

- *Muitos são os exemplos que comprovam esta realidade no Algarve. Para os 526 914 utentes inscritos nos centros de saúde do Algarve existem 378 médicos e 526 enfermeiros. É a segunda região do país mais afetada pela escassez de recursos humanos. A mais recente situação que confirma a ausência de respostas do Governo tem sido o encerramento da urgência de Ginecologia, Obstetrícia e da Maternidade no Hospital de Portimão, que se junta aos encerramentos já verificados no Hospital de Faro.*

- *A falta de profissionais no SNS – médicos, enfermeiros e outros trabalhadores – tem responsáveis. Por um lado, impede-se a devida valorização salarial e profissional dos trabalhadores da saúde em nome da contenção da despesa pública, por outro, favorece-se a contratação de médicos “tarefeiros” - pagos à hora a empresas privadas que ficam com parte desse valor - e encaminham-se os doentes para os grupos privados de saúde, que são financiados com os recursos públicos retirados ao SNS. É este o esquema que está montado. É esta a principal causa porque faltam médicos e outros profissionais no SNS e que leva ao encerramento de serviços.*

- *O PCP e a Coligação Democrática Unitária - CDU reafirmam que a transformação do direito à saúde num negócio, transformará a prestação de cuidados de saúde num privilégio de alguns, tal como acontecia antes do 25 de Abril de 1974, ou seja, tal como acontecia antes da criação do Serviço Nacional de Saúde. Relembramos as declarações de Isabel Vaz, hoje no Conselho de Administração do Grupo Luz Saúde, um dos principais grupos privados do País: “melhor negócio do que a saúde só o das armas”.*



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Na luta em defesa do SNS no Algarve, o PCP e a Coligação Democrática Unitária – CDU não estão sozinhos. Ao seu lado estão os milhares de trabalhadores que têm lutado pela valorização das suas carreiras e profissões. Estão os utentes dos Centros de Saúde e dos Hospitais, como ficou demonstrado na concentração do passado dia 26 de novembro junto ao Hospital de Portimão. Estão forças e setores democráticos que querem salvar o SNS.

Só o Serviço Nacional de Saúde, com a sua dimensão universal e tendencialmente gratuita, é que pode garantir o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde independentemente dos seus rendimentos ou património.

Assim, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Faro, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibere exigir junto do Governo:

- A urgente contratação de mais trabalhadores e a valorização das carreiras de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, de modo a garantir mais consultas, exames, cirurgias, médico e enfermeiro de família para todos;

- A reabilitação das instalações dos centros e extensões de saúde da região e reabertura de todas as extensões de saúde encerradas, bem como a célere construção do Hospital Central do Algarve, recusando o modelo Parceria Público-Privada que o Governo quer impor, fugindo ao cumprimento da Resolução da Assembleia da República n.º 371/2021, de 28 de dezembro, recomendando ao Governo que desenvolva os procedimentos necessários para a construção do Hospital Central do Algarve, garantindo um modelo integralmente público para a sua construção e gestão.

E delibere ainda:

- Enviar esta moção ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, à AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve e divulgá-la aos órgãos de comunicação social.”

O membro da AM, Teresa Correia (PSD) – «Boa noite. Gostaria de cumprimentar a Sra. Presidente, em exercício, demais membros da Mesa, caros colegas, caro público.



Em primeiro lugar, a moção apresentada “pelo Direito à Saúde, atrair e fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde, combater o assalto dos grupos privados de saúde”, tem várias vertentes. A primeira de todas é que o direito à Saúde é inegável. Ninguém aqui estará contra esse direito. O segundo, atrair e fixar profissionais no Serviço Nacional de Saúde é uma ambição que todos desejamos também, mas é uma problemática que no fundo é a nível nacional e que tem especificidades locais ainda mais graves, nomeadamente, o Algarve tem um elevadíssimo nível de custo de vida e muitos dos médicos formados na Universidade do Algarve procuram também outras instituições após a sua formação médica.

É importante não esquecer que o Hospital de Faro tem uma urgência polivalente que abrange todo o Algarve e com grande frequência os cidadãos a sul de Beja e Santiago do Cacém, pela especialidade de neurocirurgia, procuram a urgência do Hospital de Faro.

Em relação ao combater o assalto dos grupos privados de saúde, nesse ponto em concreto, temos a referir dois aspetos essenciais. Primeiro, é que na anterior legislatura a CDU votou contra a construção do Hospital Central do Algarve, com verbas incluídas no orçamento geral do Estado, preterindo este hospital a favor do Hospital do Seixal. A segunda é que, na atualidade, a construção do Hospital Central do Algarve não está incluída no orçamento geral do Estado para 2023. Esta matéria foi amplamente discutida, quer na Assembleia da República, quer internamente, nomeadamente em sede da Comissão de Saúde, onde o Sr. Ministro da Saúde, Dr. Manuel Pizarro, referiu que o Orçamento Geral do Estado não contemplava o Hospital Central do Algarve porque este iria ser construído através de uma parceria público/privada. Portanto, há dois aspetos a considerar. Consideramos que o Hospital Central do Algarve deverá ser feito tão depressa quanto possível, em vez de estarmos com uma literacia associada a este tema em constância.

Em segundo lugar, também é importante considerar o novo Hospital Central com uma localização mais preferencial de forma a evitar que haja mais abandono dos profissionais de saúde, face à localização de um novo hospital fora da cidade de Faro.

Portanto, em conclusão, nós vamos votar contra, face a estas razões apresentadas. Obrigada, tem dito.»



O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Muito boa noite, mais uma vez.

Primeiro, referir que o Serviço Nacional de Saúde tem como premissa garantir que nenhum cidadão fica sem acesso aos cuidados de saúde. E a partir daí consideram-se todas as opções, desde o privado, tudo aquilo que é necessário para assegurar que qualquer cidadão tenha acesso à saúde.

De referir que nesta moção temos aqui algumas questões que aparecem na reta final do pedido de deliberação, onde aparece aqui o Hospital Central do Algarve e no que diz respeito às PPP's. Portanto, é ligeiramente confuso uma vez que há aqui uma concentração no que diz respeito às questões dos centros de saúde e, sim, válidos e legítimos, mas depois introduzem aqui na reta final, sem corpo de desenvolvimento pelo que foi possível perceber, que fundamente esta solicitação. Que refere especificamente que repudia este formato das PPP's... quem leu percebe que essa questão é repudiada pela CDU.

No que diz respeito a este formato, ele já provou que tem um nível de eficiência e eficácia muito grande, portanto, não se percebe qual a razão para se considerar este formato como desadequado. Também, agora, voltando aos centros de saúde, que me parece que será a preponderância daquilo que aqui foi escrito. Portanto, quem está mais atento consegue perceber que o Governo tem desenvolvido um esforço hercúleo, no que diz respeito à contratação de recursos humanos para o Serviço Nacional de Saúde. Portanto, há um trabalho exaustivo, esforçado e complexo neste sentido. Na continuidade, seguramente que os resultados surgirão e acabaremos por ter uma melhor situação do que aquela que temos aqui. Há um esforço, há um trabalho, há medidas e há continuidade de tudo isto que está a ser feito. Muito obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Começando pelo nosso desafio a que os membros desta Assembleia Municipal deliberem. Duas exigências junto ao Governo. A urgente contratação de mais trabalhadores e a valorização das carreiras de médicos, enfermeiros e outros profissionais de saúde, de modo a garantir mais consultas, exames, cirurgias, médicos e enfermeiros de família para todos. Mas eis que nós, particularmente no Algarve, desconhecemos completamente o que está a passar. Isto está tudo a ser resolvido! As melhores notícias



que nos chegam é que não existe aqui problema nenhum. E se porventura existir algum problema, está a ser estudado! Até qual é o nosso papel? Agachadinhos ao Governo? Está tudo a correr bem? Assumam-se, caramba.

Outra exigência ao Governo. A reabilitação das instalações dos centros de extensões de saúde da região, reabertura de todas as extensões de saúde encerradas, bem como a célere construção do Hospital Central do Algarve – o tal que anda a marinar desde 2003, e agora vai ver se consegue pousar noutra sítio para andar a marinar há mais de quantos anos... – bem como a célere construção do Hospital Central do Algarve, como dizia, recusando o modelo de parceria público/privada. Ai, Jesus! O que é que os representantes do povo português que estão trabalhando no Estado conseguem fazer, coitadinhos deles que não valem nada, se não derem o braço aos nobres gestores que trabalham com o capital! Estamos a cometer um pecado mortal. Nós temos de estar ajoelhados aos nobres gestores que trabalham com o grande capital. E a CDU diz isto. Escândalo. É um escândalo a CDU dizer isto.

Francamente, o que é que andamos nós aqui a fazer, que nem coragem temos de assumir a confrontação entre os interesses privados e responsabilidades do Estado no negócio da saúde? Francamente, este é pior que o século passado ou que o outro antes desse. E depois, o Governo travou às quatro rodas para o lado esquerdo. Como já tenho dito muitas vezes, isto está aceleradíssimo para o lado direito. Eu acho que a bancada do bloco de direita tinha obrigação de reconhecer e agradecer! Argumentos não faltam para isso.

Depois, nós falamos aqui numa Resolução da Assembleia da República que vai comemorar um ano. Foi aprovada uma Resolução da Assembleia da República há um ano – não foi há um século, foi há um ano, o governo era o mesmo, a oposição era a mesma – que recomendava ao Governo que desenvolvesse os procedimentos necessários para, de uma vez por todas, assumir, como é sua obrigação, a construção do hospital do Algarve, sendo capaz, tendo a coragem de garantir um modelo integralmente público, na construção e na gestão. Não são capazes disso.

Eu já disse aqui no outro dia, será que nós havemos de chegar daqui a 10 ou 20 anos a um concurso público internacional para que os grandes setores privados lá de fora – porque os de cá, a justiça seja feita, se



valessem muito já se tinham ido todos embora, a semelhança dos jogadores de futebol, coisa que não acontece, lá vai um ou outro... – para vir governar estes 10 milhões de habitantes neste retângulozinho. Já deram as desculpas para fugir com o rabo à seringa. Deram-nas deste lado, deram-nas daquele lado, como era de esperar. Vão todos muito descansadinhos para casa, porque as questões da saúde estão todas resolvidas. Menos para quem está doente e tem pouco de dinheiro na algibeira! Como todos aqui sabemos. E não me venham com tretas, que está tudo a ser tratado, está tudo a ser estudado, porque isso é falso. Nada disso está a acontecer.

Obrigada, Sra. Presidente.»

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – «Boa noite, Sra. Presidente da Mesa.

Eu já tive a oportunidade, nesta Assembleia, de dar a minha opinião e a opinião do Partido Socialista sobre este assunto. Até já a dei mais de uma vez, e quero dizer de forma muito clara: o PS de certeza, e acredito que qualquer um dos que está aqui presente nesta sala, é a favor da contratação urgente mais médicos para o Algarve. Em julho, 50% das vagas de obstetria e de ginecologia ficaram vagas. Portanto, aquilo que não concretiza é como é que vamos contratar mais médicos. Não concretizam. E depois falam, “ok, vamos subir os salários”, Certo. O PS acha que os salários dos médicos têm de subir. Acho que toda a gente aqui presente também considera que os salários dos médicos têm de subir. Assim como têm de subir os salários dos professores, assim como têm de subir os salários das forças de segurança, assim como têm de subir... Ou seja, nós temos um problema crónico em Portugal, de baixos salários, e considerando que existe pouca oferta de médicos para a procura que existe, existe um desequilíbrio.

Agora, a mim o que me estranha é nunca ninguém falar do papel dos médicos. Nunca ninguém fala do papel dos médicos. Os médicos ainda há semanas opuseram-se à especialidade de urgência. Os médicos foram contra o curso de medicina na Universidade do Algarve. Mas alguém tem dúvidas que se tivéssemos mais médicos não íamos ter esta falta de recursos no SNS? Há outros problemas. Ninguém está aqui a fugir aos problemas, mas com mais médicos íamos ter mais médicos no SNS, isso é óbvio. Mas não discutimos isso. E isto não é contra os médicos, como é



óbvio. Se há alguém que eu quero ter ao pé de mim quando eu estiver menos bem é um médico. Qualquer um de nós.

Portanto, como é que vamos resolver isso? E esta Resolução que aqui o membro da CDU referiu, foi anterior à resolução de 29 de setembro de 2022, nós trouxemos aqui há pouco tempo. Era necessário resolver o procedimento que estava em curso e dar orientações para que o novo seguisse.

Nós temos um problema, que não temos dinheiro para subir os salários, que toda a gente devia receber mais; não temos dinheiro para construir tudo o que devíamos construir. E agora a pergunta é: pareceria público/privada, nem pensar; onde é que vamos buscar o dinheiro? E podem vir com o que quiserem, que cada um diz o que quer, mas vamos buscar à TAP, aos privados, às nacionalizações? Vamos lá falar, isso já foi!

Agora, hoje dia 21, onde é que vamos buscar dinheiro para fazer o novo hospital no Algarve? É que pelo menos a CDU não discute a questão da localização. Porque quanto tivermos o PSD, um já dizia que é Faro cidade, outro já dizia que é Albufeira, isso é o que eu quero saber como é que vai ser?

Porque, enquanto não conseguimos subir os salários, apesar do esforço e das iniciativas, desde logo do reforço monetário para quem está em exclusividade, que é algo que o atual governo se encontra a trabalhar, o ministro Manuel Pizarro não esconde que existem problemas na saúde. Aliás, com todo o respeito por todos os outros ministros, não me lembro de um ministro da saúde a colocar de forma tão crua e tão dura o que se está a passar no SNS. Então, sabemos que existem problemas, mas qual é que é a solução prática? É isso que eu continuo sem perceber.

Mais, qualquer atraso que qualquer partido invoque à construção do Hospital Central do Algarve, está a penalizar a fixação de médicos. Porque mesmo que nós não consigamos aumentar salários, os médicos querem fixar-se, querem fazer as suas especialidades, onde têm melhores condições, onde têm materiais, onde têm um conjunto de infraestruturas para poder exercer medicina. Portanto, quem coloca objeção à construção do Hospital Central do Algarve está a prestar o mau serviço à região. Obrigado.»



O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito obrigado, Senhora Presidente, em exercício. Eu por acaso não estava a pensar em intervir, sou sincero, porque perante a narrativa da CDU certamente não estão a esperar que eu vote a favor.

De qualquer forma, não posso deixar de indicar que as moções da CDU incluem sempre três palavras. É a luta, é o assalto e é o resgate. À moda dos guiões dos grandes filmes de ação. E acho engraçado que a indignação da CDU, neste caso em particular, porque outra das palavras que a CDU inclui constantemente são os trabalhadores (é “os trabalhadores, os trabalhadores, os trabalhadores...”), mas quando os privados ou as parcerias público/privadas pagam mais aos trabalhadores, aí já não pode ser “os trabalhadores”. A verdade é esta.

Ainda esta semana saiu uma notícia de que o SNS, ou as dívidas do SNS, se encontram praticamente ao nível dos tempos da troika. Não há medicamentos nas farmácias, a pediatria do Hospital de Faro vai estar encerrada neste Natal. Isto está tudo preso por arames. E a CDU quer acrescentar mais um arame, em vez de procurar um fundamento sólido. Muito obrigado.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Senhora Presidente, muito rapidamente, porque já fui aqui suscitado pela colega Beatriz Calafate e a questão alternativa quanto à funcionalidade dos centros de saúde. A minha experiência pessoal, no final deste ano, no serviço de urgência do hospital, é para esquecer. E o tempo perdido. E a angústia também. Os cuidados prestados poderiam muito bem ter sido feitos no centro de saúde. Tudo o que foi feito poderia ter sido feito no centro de saúde. E eu fui retirar tempo e espaço e fui ocupar um lugar de outros que estariam a chegar. E, naturalmente, vão-se criando filas de espera com as conhecidas pulseiras de todas as cores.

Soube, finalmente, que o Ministro da Saúde pretende prolongar o horário da abertura dos centros de saúde. Isto é mais importante. Isto é mais uma pequena solução no grande problema que a gente sabe. Mas ajudaria, de certeza, o prolongamento do horário dos centros de saúde a descongestionar totalmente o serviço de urgência do hospital de Faro. Muito obrigado.»



O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sr. Presidente, em exercício.

Naturalmente que não é pretensão nossa abrir aqui um debate sobre os problemas da saúde em Portugal, ao nível do que é discutido na Assembleia da República e ao nível do que é discutido com o Partido Socialista ou com o PPD/PSD. Nós só registamos aqui algumas coisas que são importantes para colocarmos balizas no problema.

Foi identificado, e acho que com a concordância de toda a gente à época, por volta de 2002, 2003, 2004, que o Algarve precisava de um hospital central. Passaram-se 18, 19, daqui a pouco 20 anos, e eu oiço, pasmado, que este Portugal, cada vez mais este Portugalzinho, ainda não conseguiu recursos públicos para construir um hospital central no Algarve. Porque isto, no Algarve, somos uns desgraçadinhos tão grandes, contamos tão pouco para o PIB nacional que, imagine-se, como é que o Estado consegue arranjar dinheiro para construir, para gerir um hospital central no Algarve? Este é um desafio hercúleo!

Alguma vez, em algum sítio, alguém do Partido Comunista Português votou contra a construção do Hospital Central do Algarve? Quando e onde? A hierarquização variável daqueles que vão ser construídos primeiro tem alterada. Por imposição do Partido Comunista?

Quer dizer, agora não se constrói por causa da concorrência deste com o outro; agora não se constrói por causa da concorrência da localização com a outra... Continuem. Continuem que estão todos no bom caminho! Agora não se constrói porque o Estadozinho português não tem o dinheirinho para construir o Hospital Central do Algarve, e então temos de pedir aos gulosos da iniciativa privada para o construir. É nas mãos deles que a gente está bem. Devemos ter para aí 10 mil milhões de euros, ou mais, no orçamento do Ministério da Saúde. Daqui a pouco, 40% ou mais vão direitinhos para os privados. Porquê? É, pá, eles são tão generosos a tratar da saúde dos portugueses, que a gente tem de mandar para lá o dinheirinho todo! E mesmo a gente mandando para lá o dinheirinho todo, eles perdem dinheiro... É impressionante. Anda o Estado português a alimentar o lucro dos privados, que eu não ponho em causa, os privados se investem é para ter lucro, agora, o Estado não está ao serviço deles para lhes dar o lucro. Principalmente, quando é uma questão básica da população, que é o direito à saúde, que é posta em



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

causa. Mas é posta em causa desde ontem ou anteontem? Há anos que isto se vem desenhando. E continua a aprimorar o desenho. E os desgraçados dos algarvios, particularmente os que têm menos recursos, os que têm mais necessidade, os que têm menos dinheiro na algibeira, só têm uma solução, que é aquela solução que já ando a dizer há muito tempo, é “malta, velhinha e pobrezinha, vejam lá se morrem depressa e barato!”

Muito obrigado, Sr^a. Presidente.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «A Mesa não regista mais nenhum pedido de intervenção. Portanto, passamos à **votação.**

Votos a favor – 05 (03CDU, 01BE, 01PAN)

Votos contra – 24 (10PS, 08PSD, 02CDS, 01CH, 01IL, 01MPT, 01PPM)

Abstenções – 01 (PSD)

A moção foi rejeitada.

Passamos já para a moção seguinte: “Pelo fim das portagens na Via do Infante (A22). 11 anos depois a luta continua”, apresentada pela bancada da CDU.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Um breve comentário. Quando nós fazemos análises políticas e tiramos conclusões políticas, é sempre importante que haja evidências políticas. E houve aqui as evidências políticas. O bloco de Direita – exceção feita ao Sr. Gameiro Alves, se bem percebi – e esta zona mais à esquerda da esquerda, estão perfeitamente numa aliança com futuro. Percebemos todos bem porquê. É a sombra do grande capital que a gente dorme mais descansadinhos, que as nossas vidinhas correm melhor. Não há que enganar. E a seguir, vamos ter mais do mesmo.

Moção

Pelo fim das portagens na Via do Infante (A22). 11 anos depois a luta continua!

- No passado dia 08 de dezembro assinalaram-se os 11 anos da imposição de portagens na Via do Infante (A22) pelo Governo PS/Sócrates, contra a vontade dos trabalhadores e das populações do Algarve. Uma decisão que tendo sido confirmada nos anos seguintes por sucessivos governos do



PSD/CDS e do PS, prejudicou gravemente a região, constituindo-se como um fator de extorsão da riqueza produzida na região por parte do grupo económico que ficou com a concessão desta autoestrada.

- Onze anos de portagens que foram um fator de atraso no desenvolvimento do Algarve, de agravamento da sinistralidade (parte do tráfego foi desviado para a EN 125), de perda de competitividade por parte das empresas na região e de empobrecimento das populações. O facto da Via do Infante ter sido construída com dinheiros públicos - pois mais de dois terços foram pagos pelos fundos comunitários e verbas do Orçamento do Estado - e estar ao serviço da acumulação privada, torna ainda mais grave a convivência de sucessivos governos com esta situação.

- Ao longo dos anos, nem as populações, nem o PCP, nem a Coligação Democrática Unitária - CDU se conformaram com esta decisão. A intensa luta, denúncia e proposta que foi desenvolvida, obrigou os últimos Governos do PS a reduzir o valor das portagens e a prometer continuar a fazê-lo.

- No entanto, os avanços que se alcançaram não resolveram em definitivo este problema. Apesar das sucessivas propostas, designadamente do PCP, no sentido da abolição imediata das portagens, PS e PSD opuseram-se sempre à sua eliminação. Se o Algarve ainda hoje está confrontado com portagens na Via do Infante, é porque PS e PSD assim o quiseram.

- Ainda agora, em relação ao Orçamento do Estado para 2023, a proposta do PCP de revogação das portagens na Via do Infante e de resgate da Parceria Público-Privada (PPP) a quem PS, PSD e CDS entregaram a concessão desta infraestrutura pública, foi mais uma vez chumbada.

- Aos que não se cansam de acenar com as supostas virtudes das chamadas Parcerias Público-Privadas, como a que está proposta para a construção do Hospital Central do Algarve, convidamos a porem os olhos na Via do Infante e na EN 125, cujas obras estão paradas apesar do Estado Português continuar a pagar dezenas de milhões de euros à concessionária. Parcerias que na prática garantem rendas ao capital ao mesmo tempo que promovem o esbulho de recursos públicos.

- E chamamos a atenção para a possibilidade, caso não sejam tomadas as medidas adequadas, de já a partir do próximo dia 1 de janeiro, o preço



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

das portagens na Via do Infante poder subir consideravelmente, agravando ainda mais o custo de vida.

- A Coligação Democrática Unitária - CDU reafirma o seu compromisso com a luta contra as portagens na Via do Infante até que sejam abolidas e resgatada a concessão e pela requalificação da EN 125 entre Olhão e Vila Real de Santo António

Nestes termos, os eleitos da CDU propõem que a Assembleia Municipal de Faro, reunida em 19 de dezembro de 2022, delibere:

- 1. Afirmar ao Governo a necessidade da abolição imediata das portagens na Via do Infante e do resgate da Parceria Público-Privada (PPP) a quem PS, PSD e CDS entregaram a concessão desta infraestrutura pública, bem como a necessidade da requalificação rápida e integral da EN 125.*
- 2. Enviar esta moção ao Presidente da República, à Assembleia da República, ao Governo, à AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve e divulgá-la aos órgãos de comunicação social.”»*

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente, em exercício.

Isto é um bocadinho de repetição do ano passado. O Grupo Municipal da Iniciativa Liberal da Assembleia Municipal de Faro considera que a aplicação das portagens da A22 Via do Infante, em 2011, foi efetuada sem estratégia, mobilidade e alternativas viáveis para a região do Algarve. Afirmamos que aquando da introdução das portagens em 2011, não havia alternativa à A22, no Algarve, e que 11 anos depois continua a não haver.

A EN 125 nunca foi alternativa e desde que se iniciou o processo de requalificação, muito menos. Um brilhante planeamento central transformou uma via que era péssima, uma via que continua a ser urbana em muitas localidades, dotada maioritariamente com apenas uma faixa de rodagem, em que não há ambulância que consiga ultrapassar no verão, transferes turísticos e táxis perdem milhares de viagens anuais e os transportes públicos que não conseguem chegar a horas a sítio algum, tornando-se totalmente inúteis ao longo dos meses do verão.



Os governos dos anos 2010 e 2011 iniciaram o processo de introdução de portagens sem delinear previamente uma estratégia de mobilidade alternativa viável. Recordamos, igualmente, que foram esses governos que permitiram que os concessionários rodoviários das antigas SCUT tenham garantias de volume de receita, bem como capacidade de penalização e cobrança aos utentes superior a qualquer outra empresa, algo escandaloso e absolutamente impensável e que, aproveitando já a informação, será alvo de discussão e votação para revogação na Assembleia da República nos dias 12 e 13 de janeiro do próximo ano, em sequência de proposta efetuada pelo Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal. E faço um apelo a todos os grupos municipais de apelarem aos seus grupos parlamentares para votarem favoravelmente, porque quem nunca recebeu uma multa, que é o triplo ou quádruplo, ou mais do que as portagens que deveria ter pago...

O acordo com garantia de receita provocou um aumento de encargos líquidos de 9 milhões de euros em 2019 para 24,6 milhões de euros em 2020 para os contribuintes, devido à diminuição de cobrança de portagens provocada pela redução de mobilidade em sequência da pandemia. E mesmo em 2021, aumentaram os encargos líquidos para os contribuintes com a concessão. De acordo com o relatório da UTAP, do Ministério das Finanças sobre as PPP, a Via do Infante a 22 só registou uma taxa de cobertura dos encargos de 55%, o que representou encargos líquidos para os contribuintes na ordem dos 25,2 milhões de euros.

Em todo o caso, o resgate da concessão da A22 Via do Infante, conforme defendido pela CDU na presente moção, e conseqüente incumprimento contratual com a parceria público/privada, no atual contexto contratual provocará custos exorbitantes aos contribuintes farenses, algarvios e portugueses em geral.

Considerando o boletim trimestral da UTAP, Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos do Ministério das Finanças, o encargo bruto anual, sem desconto, das receitas provenientes das portagens da concessão Algarve, foi de 56 milhões de euros em 2021. Considerando que a concessão está contratualizada em 2030, sendo o valor atualizado nos próximos anos em linha com a inflação, conforme já foi referido, o valor total a imputar aos contribuintes perante um resgate da concessão deverá rondar os 500 milhões de euros, excluindo os pagamentos compensatórios por rescisão do contrato, equivalente a mais de 1.150



euros por cada algarvio. Isto, contabilizando a adultos e crianças. Sendo necessário referir que após resgate da concessão, os contribuintes seriam novamente chamados a pagar a manutenção anual da A22 Via do Infante via um outro tipo de acordo, seja ele público ou público/privado ou privado, ou seja, na verdade iríamos todos pagar duas vezes, pelo menos, pelo mesmo serviço.

Consideramos que a situação atual das portagens é lesiva para o Algarve. No entanto, resgatar a concessão ou abolir as portagens no contexto contratual atual e imputar o encargo adicional aos contribuintes é irresponsável e coloca em causa a solvabilidade das gerações futuras e a capacidade de investimento da nossa economia.

É fundamental exigirmos melhores investimentos nas infraestruturas do Algarve e investimentos nas manutenções das infraestruturas do Algarve. No entanto, consideramos que é necessário planear cuidadosamente os investimentos de forma a maximizar os benefícios e minimizar os encargos associados.

É essencial aproveitarmos os próximos anos para pensar e planear cuidadosamente a estratégia que desejamos implementar para o futuro modelo da concessão para A22 após o fim da atual concessão em 2030.

A abolição das portagens é um objetivo político válido no futuro, que melhorará significativamente a competitividade da economia, da região, tanto em termos regionais como transfronteiriços.

No entanto, consideramos que só é executável com uma redefinição estratégica e renegociação competitiva da concessão que limite os encargos para os contribuintes e simultaneamente que garantam elevados níveis de mobilidade e competitividade aos algarvios.

Muito obrigado.»

O membro da AM Bruno Lage (PSD) – Presidente da União de Freguesias de Faro – Sé/S. Pedro - «Muito obrigado, senhora Presidente.

De facto, fazer um resgate e como o nosso colega Daniel referiu, comporta milhões de euros, o que é uma atitude irresponsável. Mas há aqui uma coisa que nós podemos falar e devemos discutir, que é a qualidade que a concessão está a oferecer aos algarvios e a todos aqueles que utilizam a Via do Infante. A Via do Infante, neste momento, e quem



por lá passa vê isso com facilidade, tem um piso deplorável. E realmente, aí talvez se possa pegar no resgate da concessão; é que o concionário, do meu ponto de vista, não está a cumprir o caderno de encargos, que é manter de forma digna, de forma correta, em condições de segurança, essa autoestrada A2 – não é bem autoestrada, agora está equipado autoestrada, mas não é – mas o que causa é: de facto, o concionário não está, do meu ponto de vista, a cumprir o que deve cumprir em termos de segurança rodoviária naquela via. E é aqui que nós devemos pegar.

Devemos, de facto, dizer que o piso não está capaz, os refletores não estão adequados, a segurança não está garantida e, nesse sentido, evidentemente, que se deve mostrar a nossa indignação e, talvez, por aí, pegar exatamente no resgate. E é essa nota que eu queria deixar, a questão das más condições em que a Via do Infante neste momento se encontra, que está praticamente ao nível da 125 ou da Estrada Nacional. Tenho dito.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Pois em relação a esta problemática, que já é antiga, referir a consequência da opção pela 125. E isso em relação a Faro. Não tenho dúvidas que a 125 de acesso a Faro do lado poente, portanto, quem vem de Loulé a entrar em Faro, que é a única entrada, estamos ali perante um funil, parece largo, praticamente tem quatro faixas, mas se acontecer um pequeno acidente sério, a interrupção de todo o trânsito de acesso a Faro, estou convencido que iria criar uma fila de espera imensa até Almancil. É assim que eu prevejo se houver um acontecimento desse género. E não há alternativa, porque as pessoas optaram pela 125 no principal acesso a Faro.

E temos que pensar, eu já tenho pensado nisso, tem que haver uma avenida paralela à 125, de entrada na cidade de Faro. Mas isso será o outro assunto. Mas essa urgência é importante. Ter um outro acesso vindo da antiga estrada de Loulé, que era a 125 que só tinha duas faixas, agora tem quatro, em toda a zona do Patacão, até a Sumol, e que tem imenso trânsito, cada vez tem mais trânsito. E já tem uma afluência e uma quantidade de tráfego que tem que ser convenientemente analisada e colocada desde já a proposta de haver um acesso paralelo à 125 nessa entrada. Muito obrigado.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Boa noite, mais uma vez.



Não me alongando, porque o tempo já vai longo, referir e lembrar... primeiro, antes de lembrar, partilhar aqui a nossa preocupação relativamente àquilo que foi apresentado aqui pelas bancadas dos outros partidos. Estamos atentos, estamos a acompanhar, mas não estamos só a ver passar a banda. O Governo já promoveu quatro reduções do valor das portagens que chegou aos 50% de redução. Portanto, é preciso lembrar que esta situação ocorreu.

Também dizer que temos a perceção de que é pouco, é preciso fazer mais e assim será feito. Tanto que está previsto, no orçamento para 2023, um conjunto de medidas, principalmente para as empresas de transporte.

No que diz respeito ao resgate, as Infraestruturas de Portugal estão com este processo em andamento e, sim, é preciso que deixem o PS trabalhar. E se quiserem participar no processo de resolução e de análise de todo este processo construtivo que é resolver o que está para resolver e fazer avançar o que tem que avançar, são bem-vindos.

Agora, crítica por si só, não me parece que tenha rentabilidade na operacionalização daquilo que é suposto.

Portanto, nesta sequência, dizer que o PS vai votar contra esta moção. Muito obrigada.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) - «De facto, para os algarvios a história das parcerias público/privadas é interessantíssima. Temos duas de elevadíssima qualidade. Julgo que no Algarve estamos todos satisfeitos com os resultados da parceria público/privada que mantém a Via do Infante a brilhar, e com a parceria público/privada que tem a Estrada Nacional 125, número um. Está tudo como deve estar ou, se possível, melhor ainda.

Eu lembrava que há um ditado que diz assim: “cá as fazes, cá as pagas” A contratualização de uma parceria público/privada é uma obra de arte de benefício do privado em prejuízo do Estado. De tal maneira que quando as coisas correm mal, vem sempre a mesma lenga-lenga para cima da mesa. O raio do contrato foi tão bem feito a favor do privado e tão mal feito a favor do Estado que o resgate é impossível, leva-nos o corpo e a alma.

E depois não vou falar em trabalhadores, não vou falar nas camadas mais desfavorecidas, vou falar naquilo que é o tecido empresarial



algarvio. O tecido empresarial algarvio é largamente constituído por micro, pequenas e médias empresas. Para a maior parte do tecido empresarial algarvio, a Estrada Nacional 125, ou a Via do Infante são fundamentais. Têm andado a pagar esta brincadeira toda, vão continuar a pagar esta brincadeira toda.

Então o prejuízo para o Algarve, o prejuízo para a economia algarvia resulta só de a gente ter o dever de rapidamente acabar com estas parcerias público/privadas, cujo resultado global é arruinar-nos? Não é possível. Se não nos servem, acabemos com elas. Mas acabemos com elas de acordo com os interesses do Estado, não de acordo com os interesses do parceiro privado. E denunciemos quem é que fez os tais contratos fabulosos a favor dos privados, ruinosos na defesa dos interesses do Estado.

Eu lembro do sofrimento de se fazer da Estrada Nacional 125 qualquer coisa. Mas um sofrimento atroz, completamente injustificado, eu como ao algarvio sempre fui revoltado contra isto.

Eu lembro-me do desvio para a praia. Foram preciso haver ali dezenas e dezenas de acidentes para se resolver aquilo.

As Quatro Estradas de Quarteira, uma obra que não valia nada. Quantas e quantas famílias não morreram nas Quatro Estradas de Quarteira?

Temos a 125 a passar por Odiáxere. Temos a 125 a passar por Olhão. Desde ontem, desde anteontem? Isto vai ser resolvido quando, daqui a um século? O que é que não foi o sofrimento para que a autoestrada chegasse ao Algarve, obstáculos de todo tipo? Todos nós, algarvios, quando é que acordamos e nos desagachamos? Há fidelidades político/partidárias. Há, sim senhor. Mas nós temos a obrigação de estar agachados a eles, porque senão perdemos o futuro, pessoal? Com coisas destas terríveis, a esmagar o Algarve, os Algarvios e a vida económica do Algarve?

Francamente. Perante análises políticas, perante conclusões políticas, também iremos ter a seguir evidências políticas. Isto é assim, de que lado é que nós estamos?

Estamos do lado dos estudos, dos planeamentos, das desculpas, está tudo a ser tratado, está tudo a ser estudado, vai tudo ser resolvido...



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Deixem-se estar quietos e sossegadinhos. Francamente, assim somos algarvios, muito, muito, poucochinhos. Obrigada, senhora presidente.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Obrigada. A Mesa não regista mais nenhum pedido de intervenção, portanto passamos à votação.

Votação

Votos a favor – 06 (03CDU, 01BE, 01PAN, 01MPT)

Votos contra – 12 (09PS, 01IL, 01PPM, 01CH)

Abstenções – 13 (10PS, 02CDS, 01PS)

A Moção foi rejeitada, por maioria.

Passamos à moção seguinte: Proposta de recomendação – Por uma alternativa as catenárias junto à Muralha do Faro, que é apresentada pelo PSD e pelo PPM.»

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União das Freguesias de Faro Sé/S. Pedro – «Proposta de recomendação apresentada pela bancada do PSD e pela bancada do PPM,

Proposta de Recomendação – *Por uma alternativa as catenárias junto à Muralha do Faro*

As Infraestruturas de Portugal (IP), já iniciou as obras de beneficiação (eletrificação) da linha férrea, na zona, entre Olhão e Faro. Assim, em virtude de estarem a decorrer as referidas obras, propomos que seja analisada por esta entidade algumas medidas minimizadoras no que concerne às Catenárias a serem colocadas junto à Muralha de Faro.

De referir que no troço de Faro, sobretudo o referente à área da Muralha, o estudo de impacte ambiental mencionava que a "linha se encontra resguardada em Faro pela antiga muralha". Ora o que dá a entender no estudo como um aspeto positivo é na realidade um impacte visual altamente negativo, uma vez que a muralha de Faro remonta ao período pré-romano, sendo ampliada pelos romanos no século I a VI d.C., tendo coexistido com vários povos e culturas e ainda resistido ao terramoto e tsunami de 1755, pelo que não se pode em momento algum considerar uma edificação "menor" e sem valor cultural, histórico e paisagístico.

A Muralha de Faro, sendo o berço da cidade de Faro e um dos locais historicamente mais relevantes e importantes do património da nossa



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

cidade e que é visitado diariamente por farenses e centenas de turistas, deverá estar bem preservada e não deverá ter obstáculos (catenárias e cabos aéreos) a ferirem e a desvalorizarem a paisagem que farenses e turistas podem fruir da Ria Formosa sobre a "Cidade Velha". Esta é uma mais-valia para um turismo que se quer cultural, de qualidade e ambientalmente responsável, que importa promover e manter em Faro. Para além disso, a muralha, também designada por Fortaleza de Faro é indiscutivelmente um elemento de extraordinário valor cultural, identitário e histórico para Faro e para os farenses, estando classificada como Imóvel de Interesse Público, desde 1993, pelo Decreto n.º45/93 de 30 de novembro.

Acresce ainda o facto de termos o privilégio de usufruirmos de uma vista magnífica sobre a Ria Formosa (ex: miradouro da Sé de Faro, Fábrica da Cerveja, Castelo, passeio ribeirinho, Centro de Ciência Viva) que passa a ser seriamente afetada pela presença das catenárias e dos seus cabos.

Neste sentido, apesar de se considerar esta obra como uma evidente mais-valia para o Algarve e para Faro, pede esta Assembleia que este património paisagístico não seja destruído e que neste troço da muralha (cerca de 400 metros) sejam equacionadas soluções alternativas, que não destrua ou desvalorize nem o património histórico nem a paisagem absolutamente fantástica sobre a Ria Formosa.

Esta Proposta de Recomendação deverá ser enviada à administração central e também regional das Infraestruturas de Portugal (IP) e à Direção Regional de Cultura do Algarve.”

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) – «Mais uma vez, boa noite a todos.

Só para lembrar que o MPT foi a primeira força política a trazer a esta casa o problema das catenárias, mesmo antes de elas começarem a ser colocadas. E também relembrar que esta Câmara votou contra a Moção. Depois do mal feito trancas à porta; quando começaram a ver o resultado daquela monstruosidade que estão a fazer à nossa frente ribeirinha, já é a segunda Moção diferente sobre este tema que vem aqui.

Portanto, não foi por falta de chamar a atenção a esta casa para a situação que nos ia acontecer.



É assim: lembrar que já tínhamos falado neste assunto e que foi rejeitado aqui.»

O membro da AM, Beatriz Calafate (PS) – «Boa noite, mais uma vez.

O património histórico é fundamental no desenvolvimento das comunidades. Sustenta a nossa memória coletiva, porque desempenha um papel importante e relevante na formação cívica e educação das populações, temática que me é querida. Portanto, torna-se crucial a preservação da identidade cultural e histórica da cidade de Faro.

Aqui, o papel da autarquia na defesa do seu património é incontornável e deveras determinante para assegurarmos o espírito de pretensa a um local.

Tal como está referido na proposta da recomendação, a Muralha, a fortaleza de Faro está classificada como imóvel de interesse público desde 1993, pelo Decreto-Lei nº 45/93, de 30 de novembro. E merecerá e merece o tratamento adequado ao seu enquadramento histórico, tanto legal como foi referido anteriormente, económico, social e para e fora.

Neste enquadramento, e dando a devida relevância àquilo que aqui foi dito, com o qual o PS coincide em termos ideológicos, dizer que é preciso não só referir a importância desta estrutura, mas também perguntar que diligências está o Executivo a tomar para evitar este atentado à nossa história, ao nosso património.

Dar só aqui um pequeno exemplo da Câmara de Lagos que, em conjunto com a empresa Infraestruturas de Portugal, já está a estudar em conjunto um projeto para mitigar o impacto visual e paisagístico de 6 km ao longo da Meia-Praia. Tomou a iniciativa de se dirigir ao Ministro e à empresa Infraestruturas de Portugal e estão a trabalhar em conjunto.

Perguntamos, o que é que a Câmara de Faro, o Executivo, já fez, está a pensar fazer neste enquadramento?

Assim, dizer que a nossa votação será em abstenção por considerarmos que há iniciativas atempadas que deverão ser operacionalizadas muito antes de estarmos aqui só a defender teoricamente o nosso património, e bem, mas é preciso fazer mais. Muito obrigada.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) – «Em primeiro lugar, dizer que o Castelo não é monumento nacional. Aqui está uma obra de



capitalismo de Estado. Existe capitalismo de Estado. Tenhamos a coragem de dizer que há capitalismo privado e há capitalismo de Estado e nós temos que jogar na balança.

Capitalismo de Estado foi a CP, Infraestruturas de Portugal, que decidiu, de cima para baixo, dos seus gabinetes de Lisboa, com o anuimento do Primeiro Ministro, que quer ficar mais absolutista, 4 anos, aguentem... isto não se diz, é um poder absoluto, é querer pôr os algarvios em baixo, senhor membro António Mendonça. É um projeto obsoleto, já o defendi aqui nesta Assembleia, com custos inoportáveis, são cerca de 60 milhões pelo Algarve todo, referir – pronto e lá estou eu a pensar na região do algarve e com o barlavento e o sotavento sempre em mente – o alfundular não para em Portimão, portanto, qualquer turista de Portimão que vá para Lisboa tem que ir com as malas num regional para depois em Tunes passar para o alfa, e isso era evitável, se Tunes-Portimão tivesse linha eletrificada, mas não tem. Só ao fim destes muitos anos é que Portimão vai ser eletrificada até Tunes. Esse é o primeiro erro deste governo e dos outros também que vem atrás porque é uma obra fundamental. Essa sim.

Mas há alternativa, já aqui falamos nos comboios a hidrogénio e que são muito mais baratos, de cinco composições a hidrogénio é metade do valor destes 60 milhões e não havia catenárias a não ser até Portimão. Essas têm que se fazer.

Agora, estou-me a lembrar do metropolitano do Porto, para fazer um paralelismo de que poderia haver outra alternativa, e que nós temos que defender, que a obra vai ser feita, sabemos nós, mas temos que pensar no metropolitano ligeiro de superfície. Pesam um décimo do que pesa uma composição, portanto há custos energéticos que são aí logo quantificados.

Uma catenária portuguesa deve pesar dez vezes mais que as catenárias do TGV, do alta velocidade, por exemplo, que é feita entre liças, não é uma massa de aço que pesa, provavelmente, uma tonelada, podia pesar quinhentos quilos. Isso tem um custo ecológico, porque temos de derreter ferro ou aço para fabricar essas catenárias. Eu digo isto como arquiteto também, e as nossas catenárias são as mais inestéticas que existem no mercado.



O Bruno Lage levantou e muito bem a questão do Castelo, que tem dois pontos negros, atenção, e que ele já referiu e muito bem com essa previsibilidade.

O Centro de Ciência Viva tem uma varanda cuja área serve para observação astronómica, vão passar ali muitos alunos. Essa varanda está a menos de quatro metros de uma linha de alta tensão. Já aconteceram acidentes em Portugal, miúdos que saltam para cima das composições e andam a brincar junto à catenária. Pronto, são questões de acidentes não previsíveis. Mas esse cabo, pelo menos aí, vai ser um ponto negro.

Como é também um ponto negro e que, nesta Assembleia, já o introduzimos, que era a abertura da ponte para a doca. A ponte da doca impede há décadas, a entrada de qualquer embarcação, à vela.

Então não podemos ter uma marina, como barcos à vela dentro da doca, depois de agora ter sido dragada? E agora vai ficar de vez encerrada, com uma gambiarra a atravessar a ponte. Muito obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) – «Obrigado, Sra. Presidente, em exercício.

Eu, acerca disto, tinha tomado aqui algumas notas. Porque quando se fala aqui a balança para fazer a pesagem de prós e contras, era bom que uma balança deste tipo fosse um bocado objetiva e concreta. E para objetivar e concretizar um bocadinho coisas, eu diria: as obras de beneficiação e eletrificação já iniciadas no troço referido (julgo que já estão iniciadas no troço referido) em frente à muralha de Faro, confrontadas com esta proposta de recomendação, se porventura ela viesse a ser aceite, viesse a ter consequências, que atraso é que provocaria no desenvolvimento concreto da obra? Eu não estou a defender aqui nem o projeto, nem o orçamento, nem o contrato das Infraestruturas de Portugal. Mas, há um projeto, há um orçamento, há uma adjudicação, há uma empresa que está no terreno a fazer a obra. Quem há bocado se apoquentava com o resgate, agora não se apoquentava com isto?

Porque paramos e reformulamos; reformulamos o projeto, reformulamos o orçamento, reformulamos a empreitada e naturalmente que indemnizamos o empreiteiro. É óbvio. Isso não conta?



Depois, eu posso estar a olhar mal para o problema, mas para os farenses, assim como para os visitantes, se estiverem em terra, do lado de cá da linha, conseguem ver as catenárias projetadas na muralha? Só com um espelho, caro amigo. Porque para eu ter uma ideia das catenárias colocadas sobre a muralha, eu tenho de ir para ria ou tenho de ir para o lado de lá da linha. De maneira que qualquer um de nós, que vá lá passar um bocadinho, de preferência num bom dia de sol e vai ficar deslumbrado com a quantidade de farenses, e com a quantidade de visitantes que andam a passear ali de um lado para o outro, do outro lado da linha. Não brinquemos com coisas sérias...

Para quem esteja no mirador da Sé Faro, na Fábrica da Cerveja, no Castelo, no Passeio Ribeirinho ou no Centro de Ciência Viva, a magnífica vista sobre a Ria Formosa deixa imediatamente de ser magnífica por causa das catenárias? Ai que exigentes que nós estamos. Ai, que exigentes que nós estamos!...

Agora deixemos isto. A construção do Estádio de Algarve foi pretexto para que finalmente – é sempre o mesmo problema – houvesse uns tostõezinhos lá para cima para os desgraçados dos Algarvios cá em baixo. E então houve um dinheirinho para os carris, houve uns dinheirinhos para a eletrificação da linha, e houve umas coisinhas em segunda mão para vir aqui para baixo, servir a malta e quem quer vir ver a malta. Mas o raio dos Algarvios souberam trabalhar tão mal ou tão bem que se encarregaram de arranjar empecilhos para que chegasse a Faro, não chegasse a Vila Real de Santo António e não chegasse a Lages. Quer dizer, já lá vão mais de 15 anos; a gente baba-se a falar da mobilidade em transporte ferroviário, mas não sentimos nada na nossa consciência quando não fomos capazes de exigir logo que isto chegasse a Lagos e que isto chegasse a Vila Real de Santo António, como devia ter acontecido e o Algarve merecia. Só que nós não fomos capazes de ter mérito para conseguir esse merecimento. Agora estamos confrontados com esta situação, que é o magnânimo problema das catenárias. Está bem!

As pessoas que desejam ir de Faro para a Vila Real de Santo António, de Vila Real de Santo António para Faro, ou nos troços intermédios, têm uma linha que já devia ter sido modernizada e eletrificada há uma data de tempo, têm a material circulante que é do pior que existe em Portugal, têm horários e tem tudo do que há o pior para quem opte pelo transporte ferroviário. Ou seja, os potenciais passageiros de um transporte



ferroviário de mais qualidade entre Faro e Vila Real de Santo António não têm balança com prato onde eles se possam colocar. Não há balança com prato onde eles se possam colocar. Havemos de inventar importâncias de toda a ordem. Só que passeiros, não contam.»

O membro da AM, Vítor Cantinho (PPM) - «Muito brevemente, Sra. Presidente, para dizer que um alto representante da CP, ou das Infraestruturas de Portugal, ou dos comboios aqui do Algarve, escreveu num artigo (acho que foi no Público) e que disse que viajam mais passageiros entre as cidades e as praias de barco, do que andam passageiros de comboio de barlavento a sotavento no Algarve. E a gente basta ver o interior das carruagens, andam sempre vazias para cá e para lá.

É obsoleto. Obsoleto quer dizer velho, obsoleto quer dizer carruagens que cheiram mal, não são limpas, numa zona turística imensa. O lixo acumulado na linha é imenso. Não é da responsabilidade da Câmara, aquela linha é da CP. E a CP tem que libertar o negócio, como fez no Porto – eu esqueci de dizer que no Porto, o metropolitano do Porto vai construir uma ponte de 50 milhões só para passar a linha Ruby, passando pelo Estádio do Dragão. Ele negociou outras linhas com a CP e portanto a CP recebe, é acionista, porque é dona do terreno, não tem que fazer nada.

Estou-me lembrar, por exemplo, da Primeira Ministro Margaret Thatcher, foi a grande revolução em Inglaterra, foi desnacionalizar os caminhos de ferro. Vale a pena estudar o historial. E portanto, o capitalismo de Estado tem que ser controlado, tem que ser equilibrado com as empresas que substituíram o Estado inglês no alto prejuízo que tinham na altura e que, de repente, as novas empresas, quer de cargas, quer de passageiros, quer de alta velocidade, quer de médias, local, regional... É que nós temos que falar numa linha regional, nós não temos um projeto regional e isto é uma questão da falha de não haver uma regionalização, de a gente não discutir estes assuntos com o governo regional, naturalmente há de ter um departamento de infraestruturas, mas passando pela Assembleia Regional, onde estes assuntos são postos desde Lagos até Vila Real de Santo António. Eu só fui uma vez de Comboio a Vila Real e estou aqui há 50 anos, quase. E só fui uma vez de comboio a Lagos.



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Jurei para nunca mais, porque tive de regressar de camioneta! Muito obrigado.»

O membro da AM, Célia Gonçalves (BE) - «O Bloco irá votar favoravelmente, mas chama a atenção que só agora é que abriram os olhos para um problema levantado a 20 dezembro de 2021 pelo MPT, que apresentou uma moção para uma solução diferente para o troço da linha de comboio entre o Chalé das Canas e a estação de comboios. Em que escreveu que com a eletrificação da linha irão ser colocadas catenárias ao longo da linha, irá traduzir-se em mais perigos e diz que vai tornar inestética essa zona. Isso já foi dito há um ano. E só agora é que resolveram, o PSD, que é força maior e, claramente, depois vai fazer agora tudo o que puder para alterar isto, que já foi dito.

A 28 de fevereiro de 2022, o nosso querido Vítor Cantinho, que muito disse sobre as catenárias, foi também feita uma moção de recomendação do Plano de Pormenor do Castelo de Faro, em que diz que deve travar o iminente projeto de eletrificação da ferrovia para o sotavento, devido às inestéticas catenárias de todo o castelo nascente. Ele diz isso. Eu estava agora à procura das votações. Tenho curiosidade destas votações, estava à procura, não tive tempo para ver o que é que se votou na altura, e só agora é que estamos a olhar para este problema. Obrigada.»

Não havendo mais intervenções, passou-se à votação.

Votação

Votos a favor – 14 (10PSD, 01MPT, 01PPM, 01BE, 01PAN)

Votos contra – 04 (03CDU, 01CDS)

Abstenções – 13 (10PS, 01CDS, 01IL, 01CH)

A moção foi aprovada por maioria.

O membro da AM, Guilherme Portada (PS) – Ponto de ordem à Mesa - «Senhora Presidente, em exercício, eu pedi a palavra e fiz um ponto de ordem à Mesa, porque o Partido Socialista pretende **apresentar um protesto** para ficar lavrada em Ata, porque são onze da noite, e não há um membro do executivo municipal a assistir à Assembleia Municipal.

A Lei 169/99, no art.º 48, diz que: “Da participação dos membros da Câmara Municipal - A Câmara Municipal faz-se representar obrigatoriamente nas sessões da Assembleia Municipal pelo Presidente,



que pode intervir nos debates sem direito a voto. Em caso de justo impedimento, o Presidente da Câmara pode-se fazer substituir pelo seu substituto legal.”

Portanto, para além do protesto, que era isto que eu queria deixar em protesto, aproveito para deixar aqui também uma reflexão. Há um ano, tínhamos microfones nas mesas, tínhamos gravação para o YouTube, tínhamos membros do executivo... Hoje estamos aqui nós, e bem, a discutir assuntos que cada bancada entende pertinentes e convenientes, mas não há um membro do público, não há um membro do executivo municipal e eu queria só que registasse e refletissem sobre isso.»

O membro da AM, Tiago Botelho (PSD) – «Senhora Presidente, em exercício, Srs. Membros da Assembleia, não há membros do executivo para cumprimentar, nem público, eu gostava de dizer que, a título pessoal, enquanto membro desta Assembleia Municipal, subscrevo este ponto de ordem que foi levantado à Mesa. Gostaria também que para efeitos de atas e que ficasse registado, que a Sra. Presidente nos confirmasse que não se encontra presente nenhum membro do executivo, quer do executivo permanente, quer dos vereadores não permanentes. Ou seja, nenhum dos partidos está representado. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «Sim, confirmo. Despediram-se todos de nós.»

O membro da AM, Manuel Mestre (MPT) - «Boa noite. Só para dizer que o MPT concorda plenamente com o que foi dito, tanto pelo PS como pelo Tiago Botelho. É inadmissível que está, aqui, esta casa reunida; nós, membros desta Assembleia, seguramente que temos tanto a fazer como as pessoas que se levantaram da mesa e se foram embora.

E isto... Eu ando com isto a remexer aqui há anos, mas agora vai. Vai porque as moções pouco dizem, ou nada, ao executivo desta Câmara Municipal. A verdade é que de todas as coisas que são tratadas aqui e que são discutidas nesta Assembleia, ainda quero ver qual foi a única que foi posta, que foi executada.

Portanto, eu sei que as moções, ao fim ao cabo, apesar de aqui ser a maior casa democrática da nossa cidade, são votadas, há grandes



discussões que são boas para a democracia sobre as mesmas, uns concordam, outros não, mas o que é certo é que o nosso executivo, infelizmente, nunca leva nenhuma destas moções a cabo.

Eu apoio o executivo, vou continuar sempre a apoiar, mas as coisas quando são verdades, são verdades e têm que ser ditas. Muito obrigado.»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício – «Muito obrigada. Portanto, o voto protesto foi registado, ficará em ata, bem como as declarações que foram apresentadas. Está registado, vamos continuar com os trabalhos.

Faltam três moções, duas delas já foram praticamente discutidas, pedia a todos que fossem concisos naquilo que fossem dizer, porque muitos dos argumentos já foram apresentados.

Passo a palavra para a bancada do PSD que vem apresentar a Moção - Preço das portagens na Via do Infante violam a lei.»

O membro da AM, Paulo Botelho (PSD) – «Muito boa noite, Sr^a. Presidente, em exercício, na sua pessoa cumprimento a restante Assembleia. Estes membros que são rijos e continuam aqui presentes.

MOÇÃO

PREÇO DAS PORTAGENS NA VIA DO INFANTE VIOLAM A LEI

Em novembro de 2020, o PSD apresentou uma proposta de alteração ao Orçamento de Estado de 2021, a qual estabelecia a redução de 50% para viaturas a combustão (gasóleo, gasolina) e 75% para viaturas elétricas nas taxas de portagens relativas às ex-scut - que incluem, entre outras, a A22, A23, A25, A28.

O Governo, à época, sem maioria parlamentar, descreveu a medida aprovada com votos favoráveis de PSD, CDS, CHEGA, PCP, BE e Verdes, abstenção do PAN e os votos contra do PS e Iniciativa Liberal, como irresponsável, a seu ver uma lesiva maioria negativa prejudicial para o país. Pior que isso, o Governo não se conformou com uma decisão soberana da Assembleia da República e entendeu, num gesto arrogante, próprio de um governo autocrático que atenta contra o primado do Estado de direito democrático, torpedear a lei e não cumprir o Orçamento de Estado.



Fê-lo em duas dimensões: no que respeita a viaturas a combustão, num expediente abusivo, aplicou a redução de 50%, não à taxa vigente em 2020 mas sim à referente a 2011, revogando as portarias de 2012 e 2016 que definiram o desconto de 15% e, desse modo, transformando a redução aprovada pela Assembleia da República, numa redução efetiva de cerca de 30%, consoante a via, largamente aquém dos 50% consagrados; no que respeita a veículos elétricos, pura e simplesmente não regulamentando a lei, deixando-a desse modo totalmente por cumprir. Quanto terá pago indevidamente em 2021 quem é detentor de uma viatura a combustão? E em 2022? E se é proprietário de uma viatura elétrica?

Assim, mais um ano passou, o que nos faz refletir sobre dimensão moral de quem tomou estas decisões, e o PSD voltou a apresentar a mesma proposta, desta feita de alteração ao Orçamento de Estado de 2023, a qual foi inapelavelmente chumbada. Em suma, a palavra dada é apenas palavra honrada em período de promessas eleitorais.

De acordo com as normas vigentes, esta Assembleia Municipal insta o Governo a cumprir a lei em vigor e, desse modo, reduzir as portagens conforme previsto.

Dar-se-á conhecimento desta moção ao Presidente da República, aos Grupos Parlamentares e à comunicação social.»

O membro da AM, Daniel Viegas (IL) – «Muito obrigado, Sr^a. Presidente. Vou iniciar com um pequeno àparte, já que o nome da Iniciativa Liberal é referido e é considerado irresponsável, incluído na maioria negativa, só para constar que foi o PSD que introduziu as portagens em 2011, já que eu não referi há bocado.

De qualquer das formas, a presente moção incide unicamente no cumprimento da lei que foi aprovada na Assembleia da República, independente do sentido de voto de Iniciativa Liberal – neste caso, ter votado contra – votaremos aqui favoravelmente para se fazer cumprir lei. Todavia, este voto favorável não significa que seja taxativamente a favor da redução das portagens. A redução das portagens favorece alguns dos algarvios e não todos. Não resolve o problema da mobilidade e acessibilidade no Algarve.

As desvantagens sistémicas provenientes da aplicação das portagens eletrónicas, como já há hoje em dia, para a acessibilidade



transfronteiriça permanece idêntica, bem como as limitações de circulação inter-regionais.

A única coisa que a redução do preço provoca é uma alteração muito reduzida no modelo de financiamento, que coloca mais esforço no contribuinte e menos no conceito do utilizador pagador.

A resolução da questão vai além do preço das portagens, como já foi referido anteriormente, e é preciso ser pensada e planeada. E, por exemplo, o custo da concessão, que é superior a 50 milhões de euros ao ano, como eu também já referi, onde é que são gastos? Aliás, o estado de manutenção é de facto miserável, daquela estrada. Ou seja, ou necessitamos de cortar com o custo anual e retiramos as portagens, no futuro, ou mantemos o valor anual e as portagens e exigimos uma manutenção absolutamente extraordinária. Ter ambos os cenários é impossível. Muito obrigado.»

O membro da AM, António Mendonça (CDU) - «Obrigado, Sr^a. Presidente, em exercício. Tenho aqui uma nota muito curta.

A proposta de alteração ao Orçamento de Estado de 2021, aprovada na Assembleia da República, deveria ter sido cumprida favoravelmente a quem se destinava. Que eram as pessoas que circulavam com viaturas a combustão ou com viaturas elétricas. Mas, mais uma vez, a engenharia dos truques funcionou. E uma coisa que era espectável que fosse 50% sobre o último preço das portagens recuou para 50% sobre uma coisa que estava lá mais atrás. Deverão os portugueses que circulam nas autoestradas, estarem gratos e admirarem a engenharia dos truques? Naquela confrontação mais superficial do que profunda entre PS e PPD/PSD, ambos irmanados na construção deste edifício das portagens e do custo das portagens e do que aquilo representa para a economia nacional? Quando a maior parte da economia nacional não consegue prescindir nem cá dentro, nem na ligação ao exterior, da circulação rodoviária?

Eu aqui lembro o espanto que me causou quando finalmente a autoestrada chegou ali a Albufeira, e eu ainda circulava muito de Lisboa para Faro e de Faro para Lisboa, parava no Canal Caveira e a quantidade (e porventura isso ainda continua a acontecer) de viaturas pesadas que circulavam na estrada anterior era de longe superior às que circulavam



na autoestrada. Então nós investimos fortemente numa autoestrada e mandamos a circulação de mercadorias para a estrada velha? Qual é a lógica? Expliquem-me os homens da economia e da gestão qual é a lógica disto.

Porque praticamente, na altura, quem é que circulava – e se calhar hoje ainda é um bocado assim – quem é que circulava na autoestrada? Circulavam aqueles a quem as grandes empresas pagavam as portagens e que eram fundamentalmente quadros superiores das empresas, porque o resto abalava tudo da autoestrada para ir para outra estrada em que o custo por quilómetro e os riscos por quilómetro são incomparavelmente superiores.

De maneira que tudo o que favoreça uma circulação em autoestrada com mais baixo custo, nós apoiamos. Porque isso, básica e globalmente significa um apoio importante à atividade económica e nacional.

Para terminar, algo politicamente se deverá estar a passar.

Ou nós, os 31 que aqui estamos, não valem absolutamente nada e estamos todos a precisar de mudar de atividade, ou então o Executivo tem mais coisas interessantes para fazer e acha que não tem obrigação nenhuma de democraticamente nos aturar, e o respeitável público só gosta mesmo disto é quando há espetáculo! O que significa que o nosso grau de consciência política está a subir. Está a subir. Portanto, isto é um indício, para aqueles que andam às voltas com a medalha da liberdade e da democracia, que candidatos à medalha da liberdade e da democracia não vão faltar, dado o elevado estado da arte! (Isto é só para animar um bocadinho a malta.)»

Presidente da Assembleia Municipal, em exercício - «A Mesa não regista mais nenhuma intervenção, portanto vamos passar a votação.

Votação

Votos a favor – 20 (09PSD, 03CDU,02CDS, 01IL, 01CH, 01PPM, 01MPT, 01BE, 01PAN)

Votos contra – 00

Abstenções – 09 (PS)

A Moção foi aprovada por maioria.

A partir deste momento, por motivos técnicos a reunião não ficou gravada, pelo que não é possível transcrever as restantes intervenções.



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

A Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, informou que se passava em seguida à Moção apresentada pelo grupo municipal do PSD: “Moção – Por um Hospital Central na cidade de Faro.

O membro da AM, Bruno Lage (PSD) – Presidente da União das Freguesias de Faro, Sé/S. Pedro – faz a leitura da Moção:

MOÇÃO

POR UM NOVO HOSPITAL CENTRAL NA CIDADE DE FARO

Estamos convictos que a esmagadora maioria dos algarvios considera que a construção de um novo Hospital, aliado a um reforço dos quadros humanos de profissionais do setor da saúde, é essencial para uma melhor e mais rápida resposta de cuidados de saúde ao nível regional, para a melhoria das condições de trabalho dos profissionais do setor, bem como para uma melhoria, por parte dos utentes, no acesso de qualidade aos cuidados de saúde.

Indo de encontro a esse anseio e a essa expectativa foi decidido, no início do presente século, construir-se um novo Hospital Central.

Quando em 2003 foi celebrado um Acordo Estratégico de Colaboração para o lançamento do novo Hospital do Algarve a localizar no Parque das Cidades Faro/Loulé, entre o Ministério da Saúde representado pela Administração Regional de Saúde do Algarve e as Câmaras Municipais de Faro e Loulé (12 de março de 2003) a expectativa era que nesse local nascesse uma nova centralidade regional. Uma centralidade não apenas geográfica, mas urbana, de serviços vários, de transportes, a qual congregasse população para as zonas adjacentes e perfizesse um contínuo entre Faro - Parque das Cidades - Loulé. 20 anos volvidos isso não sucedeu!

Essa circunstância, o não cumprimento dos pressupostos que conduziram à escolha desse local, deve conduzir agora a uma reapreciada decisão, uma vez que o processo está a ser reiniciado, já que o anterior, que incluía essa escolha foi revogado, por despacho da sra. Ministra da Saúde, no final do mês de setembro do presente ano, onde refere tendo em conta o tempo que já havia passado, ser “necessário rever, efetivamente, o programa funcional anexo ao caderno de encargos, por forma a adequá-lo ao estado de arte em matéria de prestação de cuidados hospitalares, nomeadamente em matéria da evolução clínica e tecnológica”.



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Por isso é o momento de se determinar tudo a que ele respeita, inclusive a sua localização e Faro é a cidade que deve manter este importante esquipamento regional.

Faro é a capital do Algarve, a cidade mais populosa da região e é uma cidade, que desde o tempo do Rei D. João III, foi pensada para servir e apoiar a região. Faro para além de ser a cidade de todos os farenses é a cidade de todos os algarvios!

Para além disso, a cidade de Faro, beneficia hoje de melhores acessibilidades (aéreas, ferroviárias e viárias) estando previsto, estando já concluídos alguns troços, uma terceira circular que vai permitir uma fluência de tráfego rodoviário de forma célere e eficaz. A esta vantagem, acresce o facto de Faro ter terrenos nas suas imediações capazes de albergar essa importante infraestrutura.

Sucedo ainda que o hospital serve melhor numa zona densamente urbana e, volta-se a reforçar, a cidade de Faro é a maior do Algarve. Acresce o facto que, ao longo dos anos, foram removidas da cidade outras instituições públicas, pelo que importa zelar, para bem de Faro e do Algarve, que um dos seus baluartes estratégicos de desenvolvimento não seja perdido.

E tanto que agora se fala de Alterações Climáticas e de Sustentabilidade, também a mobilidade é uma matéria a equacionar pois são centenas de pessoas, entre trabalhadores, visitantes e até pacientes que diariamente, em Faro, se deslocam ao Hospital a pé, coisa que não se sucederá no Parque das Cidades que implicará um aumento significativo do fluxo automóvel.

Assim, em virtude das matérias em cima descritas vem esta Assembleia exortar o Governo que o novo Hospital seja construído na cidade de Faro, em forte articulação com as atuais instalações que devem constituir um importante reforço para a melhoria efetiva dos cuidados de Saúde na região.”

O membro Tiago Botelho (PSD) anunciou que não iria participar na discussão e votação da presente moção, por impedimento legal.



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

Sobre esta moção usaram da palavra os seguintes membros: Guilherme Portada (PS), António Mendonça (CDU); Bruno Lage (PSD), Júlio Guerra (PS) e Vítor Cantinho (PPM).

Posta à votação a Moção, obteve-se o seguinte resultado:

Votos a favor – 14 (09PSD, 02CDS, 01MPT, 01PPM)

Votos contra – 13 (09PS, 03CDU, 01BE)

Abstenções - 03 (01IL, 01PAN, 01CH)

A Moção – “Por um Hospital Central na cidade de Faro” foi aprovada por maioria.

Seguidamente foi dada a palavra ao membro Paulo Botelho (PSD) para apresentar um Voto de Louvor.

O membro da AM, Paulo Botelho (PSD) – leitura do Voto de Louvor ao Arena Faro pelos excelentes resultados do ano 2022

“VOTO DE LOUVOR

AO ARENA FARO PELOS EXCELENTES RESULTADOS DO ANO 2022

O Arena Faro conquistou no passado dia 26 de novembro de 2022, no Pavilhão Municipal Dr. Eduardo Mansinho, em Tavira, a Taça de Portugal de Kickboxing, a qual contou com a participação de cerca de 400 atletas, em representação de 43 clubes nacionais. O Arena Faro esteve representado com 28 atletas, tendo 12 dos quais se sagrado Campeões e 8 Vicecampeões, garantindo desta forma o primeiro lugar por equipas nesta prova.

Este título foi o corolário de um ano 2022 extraordinário para o clube Arena de Faro, marcado por diversos títulos nacionais e internacionais, tendo culminado com a conquista de cinco medalhas no Campeonato do Mundo de Kickboxing, realizado entre o dia 1 e 5 de novembro de 2022, que ocorreu na cidade de Kemer, na Turquia. O maior destaque foi para os atletas Rafael Ruiz, sénior, e Tomé Cabrita, júnior, os quais alcançaram medalhas de ouro na modalidade de Full Contact (Ringue) e Inês Mendonça, sénior, a qual alcançou medalha de ouro na disciplina de Light Contact (Tatami). Entre os medalhados destacaram-se ainda Joana Gonçalves, categoria ringue, com medalha de prata e Andrej Djukic com medalha de bronze. Uma palavra de reconhecimento ao responsável técnico do Arena Faro Walter Pestana, pelo excelente trabalho realizado



Assembleia Municipal de Faro
21/12/2022

Ata nº. 23

com estes jovens que tem transformado o Arena Faro e os seus atletas em verdadeiros embaixadores de Faro e da região um pouco por todo o mundo. Por último, uma palavra de reconhecimento ao Arena Faro, à sua Direção, aos seus treinadores, aos seus atletas e respetivas famílias, pela dedicação e empenho para com as várias disciplinas e modalidades de desportos de contacto, nomeadamente, no Kickboxing, Boxe Olímpico e Kempo.

Face ao exposto, vem a bancada do Partido Social-Democrata na Assembleia Municipal de Faro propor a atribuição de um voto de louvor ao Clube Arena Faro.”

Posto à discussão, este Voto de Louvor, usou da palavra o membro Ana Passos (PS).

Não havendo mais intervenções, foi o mesmo posto à votação:

Votação:

Votos a favor – 29 (10PSD, 02CDS, 01IL, 01MPT, 01CH, 09PS, 03CDU, 01BE, 01PAN)

Votos contra – 00

Abstenções – 01 (PPM)

O Voto de Louvor foi aprovado por maioria.

Esgotada a ordem de trabalhos, a Presidente da Assembleia Municipal, em exercício, declarou encerrada a sessão.

Para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada.

O Presidente da Assembleia Municipal

Primeiro Secretário

Segundo Secretário